



INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS BLUMENAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

JAIR ADRIANO STRAPAZZON

O ATENDIMENTO AO PÚBLICO LGBTQI+ NO CAMPUS CAMBORIÚ –
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE: POR UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL
NÃO EXCLUDENTE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Blumenau/SC
Setembro de 2021



JAIR ADRIANO STRAPAZZON

**O ATENDIMENTO AO PÚBLICO LGBTQI+ NO CAMPUS CAMBORIÚ –
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE: POR UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL
NÃO EXCLUDENTE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Blumenau do Instituto Federal Catarinense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Luis de Cesaro

Blumenau/SC
Setembro de 2021

S897a Strapazon, Jair Adriano
O atendimento ao público LGBTQI+ no campus Camboriú – Instituto Federal Catarinense: por uma política institucional não excludente no Ensino Médio Catarinense / Jair Adriano Strapazon ; orientador Humberto Luis de Cesaro. – Blumenau, 2021.
62 p.

Artigo (Mestrado) – Instituto Federal Catarinense campus Blumenau, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Blumenau, 2021.

Inclui referências.

1. LGBTQI+. 2. Ensino Profissional e Técnico. 3. Ensino Médio.
4. Discriminação Sexual. I. Cesaro, Humberto Luis de. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.
III. Título.

CDD 371.8266



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 20089/2021 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.001964/2021-47

Blumenau-SC, 28 de setembro de 2021.

JAIR ADRIANO STRAPAZZON

**POR UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL NÃO EXCLUDENTE NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 23 de setembro de 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Humberto Luis de César

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Profª. Drª. Bernadete Machado Serpe

Instituto Federal Catarinense

Profª. Drª. Paula Regina Costa Ribeiro

Universidade Federal do Rio Grande

(Assinado digitalmente em 28/09/2021 22:41)

BERNADETE MACHADO SERPE
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO
CCPE0/BL01M(11.01.09:049)
Matrícula: 2333/300

(Assinado digitalmente em 28/09/2021 14:42)

HUMBERTO LUIS DE CESARO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO
CCTST/LUZ (11.01.11.03:03:08)
Matrícula: 2140325



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 20090/2021 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.001965/2021-91

Blumenau-SC, 28 de setembro de 2021.

JAIR ADRIANO STRAPAZZON

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: CONSTRUIR CONHECIMENTOS PARA
DESCONSTRUIR PRECONCEITOS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre /Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 23 de setembro de 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Humberto Luis de César

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Profª. Drª. Bernadete Machado Serpe

Instituto Federal Catarinense

Profª. Drª. Paula Regina Costa Ribeiro

Universidade Federal do Rio Grande

(Assinado digitalmente em 28/09/2021 22:41)
BERNADETE MACHADO SERPE
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CCPED/BLUM (11.01.09.04)
Matricula: 2333130

(Assinado digitalmente em 28/09/2021 14:42)
HUMBERTO LUIS DE CESARO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CCTST/LUZ (11.01.11.01.03.08)
Matricula: 2140325

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar devo agradecer a todos e todas que lutam por sua felicidade, ultrapassando limites, barreiras, espinhos. A vocês minha gratidão por me inspirarem a pesquisar e escrever esse texto.

Aos/As colegas de turma, todos e todas tiveram seus momentos importantes nessa caminhada de dois anos.

Aos professores e professoras que, mais que ensinar, se dispuseram a nos fazer refletir sobre os temas percorridos em cada disciplina.

Aos/as docentes e servidores(as) que, pacientemente, se deixaram entrevistar, passando informações valiosas para a escrita desse trabalho.

Aos/As colegas que aceitaram participar da avaliação do Produto Educacional. Suas sugestões, críticas e elogios foram muito importantes para a construção do Produto Educacional.

A colega e amiga Letícia, pelo trabalho primoroso no Produto Educacional.

Ao professor Humberto, pela paciência e ensinamentos como orientador e professor.

A professora Inge pelas inúmeras ajudas e dicas durante o curso, na qualificação e, apesar de todo trabalho me auxiliou quando surgiram dúvidas.

A professora Bernadete, por aceitar fazer parte da Banca de Avaliação do Artigo e do Produto Educacional.

A professora Paula, que mais de uma vez aceitou meus pedidos com humildade e dedicação; sugeriu leituras e dicas do que poderia melhorar no artigo. Desde a graduação e após sempre estive disposta a participar do meu processo educativo.

Por fim, um muito obrigado a todos e todas que acompanharam, aguentaram meus reclames, e deram suporte para continuar.

Nós já temos encontro marcado
Eu só não sei quando
Se daqui a dois dias, se daqui a 1000 anos
Com dois canos pra mim apontados
Ousaria te olhar, ousaria te ver
Num insuspeitável bar pra decência não nos ver
Perigoso é te amar, doloroso querer
Somos homens pra saber o que é melhor pra nós
O desejo a nos punir só por que somos iguais
A idade média é aqui
Mesmo que me arranquem o sexo
Minha honra, meu prazer, te amar eu ousaria
E você o que fará se esse orgulho nos perder
No clarão do luar, espero
Cá nos braços do mar, me entrego
Quanto tempo levar quero saber se você
É tão forte que nem lá no fundo irá desejar
[...]
O que eu sinto meu Deus
É tão forte até pode matar
O teu pai já me jurou de morte
Por eu te desviar
Se os boatos criarem raízes
Ousarias me olhar? Ousarias me ver?
Dois meninos num vagão e o mistério do prazer
Perigoso é me amar, obscuro querer
Somos grandes pra entender
Mas pequenos pra o opinar
Se eles vão nos receber é mais fácil condenar
Ou noivados pra fingir
Mesmo que chegue o momento
Que eu não esteja mais aqui
E meus ossos virem adubo
Você pode me encontrar no avesso de uma dor
No clarão do luar, espero
Cá nos braços do mar, me entrego
Quanto tempo levar, quero saber se você
É tão forte que nem lá no fundo irá desejar
[...]

Jorge Luiz Sant'anna Vercillo (2000)

RESUMO

O presente trabalho foi produzido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e teve como objetivo compreender os processos de mediação utilizados pelo *Campus* Camboriú do IFC para resolver os problemas da LGBTQIfobia e o abandono escolar desse público em específico no Ensino Médio Integrado. A metodologia utilizada pode ser caracterizada como qualitativa, de natureza aplicada, e foi utilizada, como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada. Foram convidados(as) a participar da pesquisa os(as) servidores(as) que atuam diretamente com alunos(as), como Coordenadores(as) de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e servidores(as) que trabalham no Registro Acadêmico e no Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento ao Educando (SISAE). A escolha do *Campus* Camboriú se deu em virtude da proximidade do pesquisador, pela prioridade de oferta do Ensino Médio Integrado pelos Institutos Federais e também pelo grande número de alunos(as) atendidos(as) no Ensino Médio Integrado, alvo da pesquisa. Os resultados da pesquisa demonstraram que o *Campus* Camboriú, apesar de ter, como agentes educacionais, profissionais comprometidos(as) com a não aceitação da LGBTQIfobia, eles ainda não estão totalmente preparados(as) para acabar com esse preconceito tão degradante, humilhante e desumanizador. Como instituição, no entanto, o caminho parece preciso, aprovando resoluções e promovendo discussões para que esse combate aconteça. Por meio dos resultados das entrevistas, foi desenvolvido como produto educacional o curso “Diversidade Sexual e de Gênero: construir conhecimentos para desconstruir preconceitos”, composto por textos, sugestões de leituras e curiosidades, de forma a sanar as dúvidas e dar embasamento aos(as) docentes e servidores(as) do IFC para discussões, reflexões e ações junto aos(as) docentes, discentes e comunidade externa sobre o tema. O curso foi encaminhado aos membros dos Registros Acadêmicos e dos Núcleos de Estudo em Gênero e Sexualidade de todos os *campi* da instituição para avaliação. As pessoas que se dispuseram a fazer as leituras propostas avaliaram-nas positivamente, incluindo opiniões, sugestões e críticas que aprimoraram o material. Como produto final, o curso foi alterado para a forma de *e-book*, pois é necessário que fique disponível por tempo indefinido no repositório EduCAPES.

Palavras-Chave: ProfEPT; LGBTQIfobia; exclusão; Ensino Médio Integrado; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This work was produced in the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (ProfEPT) and aimed to understand the mediation processes used by the IFC Camboriú Campus to solve the problems of LGBTQIfobia and school dropout of this audience, specifically in Integrated Secondary Education. The methodology used can be characterized as qualitative, of an applied nature and the semi-structured interview was used as a data collection instrument. Public servants who work directly with students, such as Academic Registry, Coordinators of Technical Courses Integrated to High School, and Integrated Service of Support and Monitoring to Educating (SISAE) were invited to participate in the research. The choice of Campus Camboriú was due to the proximity of the researcher, for the priority of offering Integrated Secondary Education by the Federal Institutes and due to the large number of students enrolled in Integrated Secondary Education, the target of the research. The survey results showed that Camboriú Campus, despite having professionals committed to the non-acceptance of LGBTQIphobia as educational agents, is still not fully prepared to put an end to such degrading, humiliating and dehumanizing prejudice, but, as an institution, it is on the right path, approving resolutions and promoting discussions to make this happen. From the results of the interviews, the course “Sexual and Gender Diversity: Building Knowledge to Deconstruct Prejudices” was developed as an educational product. It consists of texts, reading suggestions, and curiosities, in order to answer questions and provide support to IFC teachers and servers for discussions, reflections and actions with teachers, students and the external community on the subject. The course was sent to the members of the Academic Registries and the Study Groups on Gender and Sexuality of all the institution's campuses for assessment. People who were willing to do the proposed readings evaluated them positively, including opinions, suggestions and criticisms that improved the material. As a final product, the course was changed to the form of an e-book, as it needs to be available indefinitely in the EduCAPES repository.

Keywords: ProfEPT; LGBTQIphobia; exclusion; Integrated Secondary Education; Professional and Technological Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CEPSH	Comitê de Ética com Seres Humanos
CGET	Coordenação Geral de Ensino Técnico
Consuper	Conselho Superior
COVID-19	Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus). Ano 2019
EAD	Educação a Distância
EMI	Ensino Médio Integrado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas
Neabi	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
Neges	Núcleo de Estudos em Gênero e Sexualidade
OAB	Ordem de Advogados do Brasil
OD	Organização Didática
PcD	Pessoas com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC	Plano Pedagógico de Curso
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
RA	Registro Acadêmico
SISAE	Serviço Integrado de Suporte e Assistência Estudantil
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Educação Profissional no Brasil: a dualidade que exclui!	15
2.2 LGBTQI+: definições e discussões	18
2.3 LGBTQIfobia	20
2.4 LGBTQIfobia e escola.....	22
3 METODOLOGIA.....	28
4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	30
4.1 Presenças de alunos(as) LGBTQI+ no curso/ <i>campus</i>	30
4.2 Atitudes LGBTQIfóbicas no curso/ <i>campus</i> e encaminhamentos	32
4.3 Casos de abandono escolar devido à LGBTQIfobia no curso/ <i>campus</i>	36
4.4 Existência de disciplinas específicas sobre gênero e sexualidade nos cursos	37
4.5 Acolhimento	38
5 AVALIAÇÕES DO PRODUTO EDUCACIONAL	41
5.1 Módulo 1	41
5.2 Módulo 2	42
5.3 Módulo 3	43
5.4 Módulo 4	44
5.5 Módulo 5	46
5.6 Comentários.....	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A –Produto Educacional.....	56
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	107
APÊNDICE C - Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas	109

APRESENTAÇÃO

O texto apresentado é fruto da pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), polo Blumenau, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Uma educação que se propõe para todos e todas deve ser comprometida com o enfrentamento das desigualdades, sejam elas de classe social, raça, religião, etnia, sexualidade ou gênero. Assim, em um documento do Ministério da Educação (MEC), de 2010, que nos traz as concepções e diretrizes dos Institutos Federais, consta que:

A realidade que se vislumbra com esses Institutos Federais é que eles constituam um marco nas políticas para a educação no Brasil, pois revelam uma dimensão da educação profissional alinhada com as políticas de inclusão e com um projeto de nação. (MEC, 2010, p. 38)

Trata-se, ainda, da possibilidade da democratização do ensino público de qualidade necessária para todos e todas e do desenvolvimento humano que integra práxis e trabalho como base para uma formação de uma sociedade não segmentada.

O site do Instituto federal Catarinense também contempla a missão a que se propõe: “Proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional” (IFC, 2020).

Percebe-se que, em ambos os documentos, é salientada a inclusão social, que pode ser descrita como ações que garantam participação e atividade igualitária de todos e todas na sociedade, respeitando-se suas diferenças, particularidades e especificidades. Partindo do princípio que incluir é não deixar ninguém de fora, não se pode pensar somente nas ações afirmativas correntes, mas também lembrar de pessoas que estão excluídas dos espaços escolares, geralmente pela impossibilidade de permanência devido às agressões sofridas, sejam elas físicas ou verbais, ou mesmo de silenciamento ou convivência.

Sendo a LGBTQIfobia responsável pelo abandono escolar de gays, lésbicas, travestis, transexuais e todas as outras variações da diversidade sexual e de gênero que não se enquadram dentro da normalidade imposta, ou seja, heterossexual (POMPE, 2016), não foi difícil a escolha do tema ser pesquisado.

Fugir das regras ditadas e mantidas como verdade por diversas instâncias (jurídicas, políticas, igrejas, família, escolas) é afrontar uma grande quantidade de pessoas ligadas a elas. Essas verdades se constituem e se mantêm na reprodução sociocultural da heteronormatividade, ou seja, quaisquer que sejam as nuances que se diferenciam do que é social e culturalmente aceito e vivido pelas pessoas heterossexuais tendem a ser taxadas de erradas, desviantes,

doentias (BORRILLO, 2016). Indo mais além, é possível afirmar que mesmo as mulheres heterossexuais sofrem com essas normas socioculturais, visto que, além da heteronormatividade, a sociedade também é masculina e patriarcal.

A escola, enquanto instituição que não está desligada das outras instâncias sociais, reproduz esses conceitos, retratando fortemente as noções de certo e errado, pois são justamente elas que estão marcadas para ensinar. Sendo assim, a escola, além de reproduzir os preconceitos, também os produz, colocando cada qual no seu lugar: meninos e meninas, homens e mulheres, pais e mães, cada um com seu papel definido (LOURO, 1997).

Em se tratando de sexualidade, como pode a escola se esquivar do debate sobre o tema, se cada ser humano que nela adentra não está isento de sentimentos e desejos afetivos e sexuais?

Ao legitimar determinadas identidades e práticas sexuais, a escola reprime e marginaliza outras. A produção das heterossexualidades é acompanhada pela rejeição de outras expressões de gênero e sexualidade, que se expressa na LBTQIfobia declarada ou disfarçada (PINHO; PULCINO, 2016).

A partir do que foi descrito, pergunta-se: quais os principais problemas que o *Campus Camboriú* do IFC encontra para resolver os preconceitos e os conflitos deles resultantes para promover a permanência e êxito dos(as) alunos(as) LGBTQI+?

Como Produto Educacional, foi proposto um curso, apresentado no ambiente *Classroom*, do Google. O material do curso teve como público, além das pessoas entrevistadas, os(as) membros dos Núcleos de Estudo em Gênero e Sexualidade (Neges) e Registros Acadêmicos dos *campi* do IFC, totalizando 133 convites. Como é necessário que o Produto Educacional fique disponível na EduCAPES, o curso foi redefinido para um *e-book*.

A relevância social é explícita quando se assume que a LBTQIfobia existe dentro e fora da escola, devendo ser estudada, desconstruída e discutida. Para as pessoas LGBTQI+, deve haver dentro do ambiente escolar um ponto de apoio que lute pelo seu direito de permanecer na escola, concluir seu percurso escolar e não fazer parte das estatísticas de abandono escolar devido às agressões e discriminações que sabemos existir.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a dualidade estrutural da educação brasileira, acompanhada do sistema patriarcal, muitos grupos foram alijados do direito à educação formal, como negros(as), índios(as), sem-terra, mulheres e pessoas LGBTQI+. Esses grupos são vulneráveis às condições políticas, sociais, culturais e econômicas moldados sobre o paradigma da normalidade.

Nesse sentido, estudos que busquem informações sobre a exclusão das pessoas LGBTQI+ e ações institucionais para desvanecer esse processo histórico fazem-se cada vez mais necessários.

Para a pesquisa, foi selecionado o Ensino Médio Integrado (EMI) do *campus* Camboriú, vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), fundamentado em razões de localização, de grande número de alunos no EMI, de prioridade dos Institutos Federais na oferta desse nível de ensino e pela intenção da educação integral que, para Araújo e Frigotto (2015, p. 251), “é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com ações formativas integradoras, em oposição às práticas fragmentadoras do saber”, trazendo uma concepção emancipatória dos indivíduos e comprometida com mudanças frente às desigualdades existentes.

Além da educação integral, outra proposta – e desafio – é alcançar uma educação de qualidade para todos e todas, sem distinções, sejam elas quais forem, de maneira que se possa afirmar que a educação e as escolas não são excludentes, mas sim inclusivas. E, quando falamos em inclusão, Camargo (2017) elucida que, além dos alunos público-alvo da educação especial, todos os demais também o são: brancos(as), negros(as), homossexuais, heterossexuais, índios(as), idades diversas e gêneros distintos.

Mesmo assim, ainda é correto afirmar que muitos(as) alunos(as) têm sido excluídos por motivos diversos e, entre esses, se encontra o preconceito com pessoas LGBTQI+.

A LGBTQIfobia é o termo usado para designar o conjunto de sentimentos negativos que causam discriminação e violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e “[...] pessoas cuja expressão de gênero não se enquadram nos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade.” (JUNQUEIRA, 2007, p. 60).

A escola, e seus/suas agentes educacionais fazem parte da sociedade em que vivemos, e, não está distante de manter os processos supressivos de estudantes que não fazem parte da normalidade exigida e imposta por instâncias societárias como as igrejas, vertentes políticas, famílias, entre outras.

Sendo assim, os objetivos da pesquisa aqui realizada se propõem a desvelar o que

acontece no *campus* Camboriú no que se trata da não-exclusão de pessoas LGBTQI+, tendo como objetivo geral “compreender os processos de mediação utilizados pelo Campus Camboriú do IFC para resolver os problemas da LGBTQIfobia e o abandono escolar desse público em específico” e como objetivos específicos:

- Verificar se há um acolhimento para pessoas LGBTQI+ no *campus* Camboriú do IFC;
- Analisar as formas de mediações e resoluções de conflitos pelos(as) responsáveis em relação aos processos de LGBTQIfobia;
- Constatar se há disciplinas específicas sobre Gênero e Sexualidade nos cursos pesquisados;
- Propor, como produto educacional, formação inicial e/ou continuada, na forma EAD, para os(as) servidores(as) dos *campi* do IFC.

A metodologia utilizada pode ser identificada como qualitativa e aplicada. Como instrumento para produção dos dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, buscando uma maior interação entre pesquisador e entrevistados(as) e um maior grau de informações a respeito do escopo da pesquisa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Para o tratamento dos dados coletados através das entrevistas, foi utilizada a Análise de Conteúdo, segundo Laurence Bardin (2011).

Como produto educacional, foi desenvolvido o curso “Diversidade Sexual e de Gênero: construir conhecimentos para desconstruir preconceitos”. O referido curso tem como objetivo principal subsidiar os(as) agentes educacionais dos *campi* do Instituto Federal Catarinense (IFC) com conhecimentos básicos sobre diversidade, gênero, sexualidade, LGBTQIfobia, entre outros temas não menos importantes, dentro do espaço-tempo que (con)vivemos. O material foi produzido com base nas leituras preliminares para a escrita da dissertação e nas entrevistas realizadas, onde é possível perceber que, apesar do comprometimento com os(as) alunos(as), os(as) entrevistados(as) demonstraram ter alguns conceitos errôneos que buscamos elucidar com esse curso.

O Produto Educacional foi enviado para avaliação para os(as) participantes dos Núcleos de Estudo em Gênero e Sexualidade (Neges), dos Registros Acadêmicos dos *campi* do IFC e também aos(às) profissionais que se dispuseram a conceder as entrevistas, tendo sido avaliado positivamente. Após levadas em consideração as sugestões, críticas e comentários feitos na avaliação, o curso foi modificado para o formato *e-book*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Profissional no Brasil: a dualidade que exclui!

Os seres humanos, ao contrário dos animais, não conseguem se adaptar à natureza, é preciso utilizá-la, transformá-la, de forma que possibilite sua sobrevivência. “Assim, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela, transformando-a, os homens ajustam a natureza às suas necessidades.” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Esse processo de transformação da natureza para servir às necessidades humanas, o qual podemos chamar de trabalho, é, para Saviani “[...] a essência do homem” (2007, p. 154). Isso porque:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência (SAVIANI, 2007, p. 154).

Os conhecimentos gerados pelo trabalho, necessários à vida em determinada sociedade, eram passados de geração a geração. Pode-se, então, inferir que o trabalho está interligado diretamente à educação, visto que tudo que era aprendido fazendo, o que se demonstrava útil, era repassado aos outros num processo de ensino e de aprendizagem. Trabalho e educação, como se percebe, nascem juntos, visto que um é dependente do outro.

Estão aí os fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação. Fundamentos históricos porque referidos a um processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios homens. Fundamentos ontológicos porque o produto dessa ação, o resultado desse processo, é o próprio ser dos homens. (SAVIANI, 2007, p. 155).

Como processo histórico, o trabalho se constrói e se reconstrói segundo o momento econômico, político e social vigente. A partir da apropriação privada da terra, muda-se drasticamente a forma de organização entre homens e mulheres. Com a propriedade privada, surge a divisão entre os proprietários e os não proprietários. Esses últimos, agora, trabalhavam não apenas para sua sobrevivência, mas também pela sobrevivência dos donos da terra. Assim, surge a divisão das pessoas em classes sociais.

Essa divisão dos homens (e mulheres) em classes dividirá também a educação, separando-a em educação para os donos da terra, que passam a aprender em escolas, e o aprendizado dos não proprietários, que continua sendo no trabalho.

A educação profissional, desta forma, foi destinada aos mais pobres, aos “desvalidos da sorte”, marginalizados, abandonados e com propensão aos crimes e aos maus costumes. Mesmo as pessoas “livres” não se sentiam atraídas pelas artes mecânicas e manufaturas, a não ser que a necessidade as obrigasse, sendo de caráter assistencialista, pois era direcionada àqueles que fugiam dos padrões de civilidade, moral e bons costumes (SCHENKEL, 2012).

Outro aspecto importante a ser citado é que, aos egressos da educação profissional, o ingresso no ensino superior, em alguns momentos, não era permitido. Em outro momento, era necessário um exame qualificatório que a equiparasse com o ensino acadêmico¹, ressaltando a dualidade² entre ensino profissional e ensino propedêutico. Esse fato só foi alterado em 1961, quando revogado pela Lei 4.024/61.

Um momento importante para a educação profissional no Brasil, foi a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou as Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica, transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Os objetivos dos Institutos Federais, observados na Lei, foram assim definidos:

- Ministar educação profissional de nível técnico, prioritariamente em cursos integrados;
- Ministar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores;
- Realizar pesquisas aplicadas, estendo seus resultados a à população;
- Desenvolver atividades de extensão voltada a produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular processos educativos que levem a geração de trabalho e renda;
- Ministar Educação Superior em cursos de Tecnologia, Licenciatura, Bacharelado, de pós-graduação *latu senso* e *stricto sensu* (BRASIL, 2008).

Padoim e Amorim sinalizam que:

A oferta do ensino médio integrado nos Institutos Federais foi uma proposta resultante de lutas entre setores progressistas e conservadores da sociedade brasileira, que resultou em contradições na própria lei de implantação. As dificuldades de integrar a área técnica com a educação geral, nos Institutos Federais, não são apenas uma questão de metodologia, mas sinalizam necessidades de reflexões políticas e críticas sobre a sociedade (2016, p. 12).

¹ Em 1950, a terminalidade da educação profissional começou a ser amenizada através da Lei 1.076, de 31 de março de 1950 e da Lei nº 1.821 de 12 de março de 1953, regulamentada pelo Decreto 34.330/53. Mesmo assim, para os egressos da educação profissional eram obrigatórios exames de complementação, e caso aprovados, poderiam se candidatar ao ensino superior.

² De forma geral a dualidade estrutural da educação se caracteriza pela oferta de uma educação acadêmica para os(as) alunos(as) com melhor condições financeiras e uma formação profissional, com vistas ao ingresso ao mundo do trabalho, para os(as) menos(as) favorecidos(as) economicamente. Nosella (1995), descreve como a “escola do dizer” para a elite, e a “escola do fazer” para o proletariado, ou, em outras palavras, uma educação para os que executam as tarefas do trabalho e outra para os que a dirigem.

Considerando o histórico da educação profissional, pode-se afirmar que ela adquiriu importância na qualificação de mão de obra para o desenvolvimento das atividades econômicas e se revestiu de um caráter operacional, utilitarista e assistencialista em quaisquer de seus níveis. Conforme Schenkel (2012), a alteração do *status* das antigas escolas técnicas em Institutos Federais de Educação não mudou essa característica, porém trouxe a esperança de uma formação integral, tão importante para a formação cidadã, através do desenvolvimento dos sujeitos em suas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural, assim avançando para a ruptura de “todas as formas duais que permeiam a sociedade brasileira” (CIAVATTA, 2005, p. 17).

A divisão social em classes também teve influência nas famílias, tendo como centralidade a relação entre proprietário e propriedade e, nesse sentido, estão inclusos todos os bens: casa, terra, escravos, filhos e esposa, tendo como recurso o controle da sexualidade feminina, destituindo as mulheres da autonomia sobre seus próprios corpos e destinando-as a papéis sociais de esposa e mãe, juntamente com as tarefas domiciliares. A esse processo de subordinação feminina aos desígnios e vontades dos homens dá-se o nome de patriarcado³ (MOURA; OLIVEIRA, 2016).

A geração e acumulação dos excedentes econômicos nos primeiros estágios da vida social e a instituição da propriedade privada impôs uma reorganização de relações que estabeleceu o controle dos homens sobre as mulheres. Essa transição marca, assim, o início do patriarcado, uma nova ordem social baseada na descendência patrilinear e na relação de controle sexual (SILVA; CAMISASCA; XAVIER, 2018, p. 1455).

Para Moura e Oliveira, “A noção ampliada dessa submissão, no entanto precisa ser problematizada, no sentido de compreender que os sujeitos LGBT também sofrem os rebatimentos do patriarcado.” (2016, p. 241).

A heterossexualidade serve como suporte do patriarcado, pois “oprime além das mulheres com as mais diversas vivências afetivo-sexuais, homens que se relacionam com outros homens ou que possuem sua identidade de gênero destoante do seu sexo biológico, nesse último caso, mulheres trans.” entre outras identidades sexuais e de gênero (MOURA; OLIVEIRA, 2016, p. 242).

A homossexualidade, além de entrar em confronto com a família nuclear e tradicional, também pode ser explicitada na rejeição e aceitação da diversidade sexual e de gênero, visto que o patriarcado também valoriza a reprodução humana como “constituição da força de trabalho” “nessa sociedade assentada na dominação e exploração” (MOURA; OLIVEIRA, 2016, p. 242-243).

³ “sistema de dominação masculina, com constituição e fundamentação histórica em que o homem organiza e dirige majoritariamente a vida social” (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 14).

Portanto, percebe-se que o trabalho e a escola, no sistema capitalista, são excludentes, e têm como objetivos, em sua concepção hegemônica, preparar de forma diferentes os dirigentes e os trabalhadores e, assim, todas as pessoas consideradas diferentes numa determinada época, como deficientes, negros(as), mulheres, LGBTQI+, são excluídos(as), seja diretamente, negando-lhes o acesso, ou, então, dificultando-lhes a permanência.

Dessa forma, pode-se inferir que ser/estar excluído da vida produtiva e de espaços sociais significa não exercer seu direito à cidadania. É preciso, no entanto, atentar que cidadania vai além de ter direitos e deveres. Benevides (1998, p. 170) utiliza o termo cidadania ativa e argumenta que os seres humanos:

[...] são mais do que titulares de direitos, são criadores de novos direitos e novos espaços para expressão de tais direitos, fortalecendo-se a convicção sobre a possibilidade, sempre em aberto, da criação e consolidação de novos sujeitos políticos, cientes de direitos e deveres na sociedade.

Ao alcançar a cidadania ativa, todos e todas podem dispor de suas necessidades e reduzir as desigualdades sociais, visto que, plenos da consciência cidadã, podem e devem lutar por direitos iguais a todos. Ao contrário do que proclamam certos setores da sociedade, nenhum grupo social está buscando direitos a mais, mas somente o direito a ter direitos. E deveres.

2.2 LGBTQI+: definições e discussões

Se a sociedade é heteronormativa⁴, pode-se dizer que Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e demais variantes da sexualidade humana são tidos como “não normais”. Diversas instituições sociais, a partir de discursos e práticas, fazem questão de impor essa “verdade” ou “normalidade” como única (BORRILLO, 2016), com isso enfatizando a homofobia⁵, ou LGBTQIfobia, como algo natural.

Para adolescentes, que estão descobrindo seus desejos, seus prazeres e sua identidade, sofrer agressões, sejam elas físicas ou verbais, pode gerar consequências para toda sua vida. Segundo Junqueira (2009b, p. 31):

As descobertas e as experimentações sexuais vividas na adolescência, por menos repressivo que seja o contexto em que se dão, não costumam ser encaradas com muita

⁴ Heteronormativo: conceito de que apenas os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos ou heterossexuais são normais ou corretos.

⁵ Neste trabalho será utilizado o termo **homofobia** para designar a hostilidade, contra todos e todas os(as) sujeitos gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e demais variedade da sexualidade e gênero humano, pois o termo é utilizado por diversos autores. (BORRILLO, 2016). Poder-se-ia utilizar lesbofobia, gayfobia, bifobia e transfobia... De qualquer forma não se está diminuindo o preconceito ou compactuando com esse tipo de discriminação.

tranquilidade. Evidentemente, as dificuldades de se viverem as homossexualidades nesse período podem ser ainda maiores. Poucos(as) jovens se sentirão à vontade para se exporem e, não raro, muitas dessas pessoas enfrentarão processos de profunda negação de sua orientação sexual. Com isso, alimentarão as lógicas de invisibilização e, involuntariamente, reforçarão as crenças alimentadas pelo “princípio da presunção da heterossexualidade”.

A presunção da heterossexualidade, segundo o autor citado acima, é o fato de pessoas homossexuais negarem sua orientação sexual. Dessa forma, dá-se ensejo ao seu silenciamento e à sua invisibilidade enquanto sujeitos, dificultando mesmo a busca por seus direitos subjetivos. (JUNQUEIRA, 2009b).

A superioridade dos homens em relação as mulheres é uma construção social que, desde a infância, é inculcada na percepção dos meninos e meninas. Quaisquer traços de empatia, sensibilidade e timidez são relacionados a meninas, enquanto o menino tem uma valorização exacerbada da violência. Nessa lógica, quaisquer traços de feminilidade (sensibilidade, timidez...) que, porventura, um menino possa expor é logo motivo para chacota, agressões físicas e/ou psicológicas.

Segundo Borrillo (2016), esse processo desumanizador das sexualidades não-heterossexuais encontra respaldos nas ações e práticas de várias instituições sociais, como a medicina, religião, família, leis e escola. Portanto,

Partindo desse pressuposto, não são raros os casos onde estes adolescentes se veem repreendidos de manifestarem os seus desejos e gestos em público, onde religiões os mandam para o mais ardente dos infernos e sociedade age normalmente de forma discriminatória frente a comportamentos homoafetivos manifestados em público. Acima de qualquer coisa, os próprios familiares muitas vezes não os acolhem, sendo estes levados a viver de forma exclusiva, escondidos e sem esta importante rede de apoio. Nem mesmo no lar se sentem seguros e protegidos e por vezes se veem obrigados inclusive a sair de casa, isso quando não são expulsos (GUIMARÃES, 2015, p. 2).

É nesse sentido que se encontra a importância de a escola discutir, desconstruir e (re)construir a sexualidade como algo natural, fugindo da binariedade homem-mulher, macho-fêmea. A escola não pode cercear o debate sobre a sexualidade, pois, assim, estará perdendo a oportunidade de instrumentalizar os(as) jovens para poder lidar melhor não só com a sua, mas com a sexualidade como um todo, quebrando os pré-conceitos e estigmas ditados pela sociedade, além de conhecer e respeitar as diferenças, inatas em quaisquer seres humanos. Assim, a escola estaria exercendo sua função social de aprendizagem, inclusão e respeito às diferenças.

2.3 LGBTQIfobia

O termo LGBTQIfobia tem sido utilizado como aversão, discriminação e preconceito contra pessoas que possuem orientação sexual e/ou identidades de gênero diferentes da heterossexual, porém Rogério Diniz Junqueira vai além e explicita que a LGBTQIfobia não só é usada contra pessoas LGBTQI+ como também para pessoas que não se enquadram nas modelos de masculinidade e feminilidade, como homens que aparentam ser mais frágeis ou mulheres com personalidade mais forte, por exemplo.

O termo “homofobia” é comumente usado em referência a um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo), que costumam produzir ou vincular-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros (em especial, travestis e transexuais) e, mais genericamente, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadram nos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade. A homofobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBT e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexista e heteronormativo. (JUNQUEIRA, 2007, p. 60).

Para justificar as causas da LGBTQIfobia, Borrillo (2016) aponta que a hostilidade em relação aos homossexuais ou a quaisquer indivíduos que não se adequem aos papéis socialmente impostos pelo sexo biológico tem a ver com a construção da identidade masculina. Assim, a lógica da binariedade funciona por antagonismo: homem é o oposto da mulher; heterossexual é o oposto do homossexual. Para uma sociedade androcêntrica, o masculino é o único modelo de representação coletiva, sendo os comportamentos, pensamentos ou experiências associadas ao sexo masculino tidos como padrão, portanto toda e qualquer atitude que se assemelhe à feminilidade é vista como uma traição ao masculino e deve ser condenada.

Borrillo (2016) afirma que existe uma estreita ligação entre a LGBTQIfobia e a dificuldade extrema de os homens estabelecerem relações de intimidade entre eles e ao incômodo que sentem em manifestarem seus sentimentos.

Essa barreira em relação à intimidade parece encontrar sua origem na socialização masculina: a competição, a forte apreensão relativamente à demonstração de vulnerabilidade, o controle dos sentimentos, e a homofobia constituem os elementos que modelam o jeito de ser homem (BORRILLO, 2016, p. 89).

Outra causa provável para a LGBTQIfobia, segundo Borrillo (2016), tem a ver com o fato dela ser a guardiã do diferencialismo sexual, visto que a crença exclusiva na existência de dois sexos, em que cada indivíduo é essencialmente masculino ou feminino, permite a reprodução de uma ordem sexual apresentada como a única a ser aceita e a única correta.

A opinião sobre a diferença entre os sexos baseia-se na ideia de que a natureza biológica dos seres determina uma forma específica de atribuição social, de tal modo que a posse de órgãos genitais, masculinos ou femininos, legitimaria um tratamento jurídico diferenciado: assim, a mulher é definida como radicalmente distinta do homem, além de ser pensada através de sua função reprodutora. [...] Essa estranha operação intelectual permite ordenar um dispositivo de papéis e status no âmbito do qual os indivíduos haveriam de se inserir naturalmente (BORRILLO, 2016, p. 91).

Seguindo esse raciocínio, é possível inferir que pessoas que não se inserem naturalmente nessa lógica estariam contrariando esses dispositivos de ordenação e questionando a dicotomia masculino/feminino, suporte da atual ordem sexual. Sendo assim, esses indivíduos devem ser considerados(as) párias para a sociedade e para a ordem sexual estabelecida e, por isso, devem sofrer as consequências por tal atitude. Esse seria o “fantasma da desintegração psíquica e social”, segundo Borrillo (2016), visto que o prazer homossexual é tido como egoístico, pois ao compará-lo com a heterossexualidade, esta é vislumbrada como a única forma de sexualidade capaz de associar prazer e reprodução da espécie.

Legitimar a homossexualidade equivale a colocar em perigo a sociedade. O amor por si e a sexualidade primitiva atribuídos ao desejo homossexual devem ser mantidos a distância, sob pena de implicar a desintegração cultural da sociedade. Esse raciocínio baseia-se em uma teoria da defesa da sociedade (heterossexual) a partir da qual – no pressuposto de que a ordem antropológica (heterossexual) é ameaçada pelo indivíduo – é a heterossexualidade que deve necessariamente prevalecer (BORRILLO, 2016, p. 96).

Sobre a sexualidade humana, Louro (2001, p. 2) afirma que “a partir das mais diversas perspectivas, ela vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada.”

Ainda segunda a mesma autora,

Se, nos dias de hoje, ela continua alvo da vigilância e do controle, agora ampliaram-se e diversificaram-se suas formas de regulação, multiplicaram-se as instâncias e as instituições que se autorizaram a ditar-lhe as normas, a definir-lhe os padrões de pureza, sanidade ou insanidade, a delimitar-lhe os saberes e as práticas pertinentes, adequados ou infames. Ao lado de instituições tradicionais como o Estado, as igrejas ou a ciência, agora outras instâncias e outros grupos organizados reivindicam, sobre ela, suas verdades e sua ética (LOURO, 2001, p. 541).

Com tantas hostilidades presentes, uma consequência é o desenvolvimento da denominada homofobia internalizada,

[...] que se refere ao medo do preconceito em razão do sujeito homossexual ter internalizado o estigma social associado à sua orientação sexual”. A homofobia internalizada pode promover também o isolamento social dos indivíduos perante seus pares quando eles passam a considerar negativamente os outros homossexuais, ou então, situações de exclusão e violência dentro da comunidade LGBT que, somadas às reações negativas de outros indivíduos do convívio social dos homossexuais, podem afetar-lhes a qualidade de vida e as condições de saúde (BRAGA *et al.*, 2018, p. 1296).

Se a sociedade se baseia nos ideais da superioridade psicológica e cultural da heterossexualidade, os conflitos internos tendem a ser cada vez mais graves para pessoas LGBTQI+. Esses indivíduos crescem e vivem num ambiente abertamente hostil à sua sexualidade. A interiorização dessa violência, sob as mais diversas formas, impele que LGBTQI+ tentem lutar contra seus desejos e afetos, causando graves distúrbios psicológicos, como sentimento de culpa, ansiedade, vergonha e depressão e, muitas vezes, pelo peso insuportável de conviver com esse estereótipo de incapacidade de ter uma vida afetiva plena e feliz, podem ser levados(as) ao suicídio (BORRILLO, 2016).

2.4 LGBTQIfobia e escola

No que tange às escolas, as causas e consequências da LGBTQIfobia não são nada diferentes do restante da sociedade, até porque a escola é um reflexo dessa sociedade, um pequeno espelho que reflete os mesmos problemas enfrentados em todos os outros setores da vivência humana.

Dados de uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre o tema “Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas” salientam a homofobia nas escolas. Os dados coletados foram analisados e publicados pelos autores Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay e Lorena Bernadete da Silva na obra *Juventudes e Sexualidade*, onde se destaca que:

- . Pais não gostariam de ter homossexuais como colegas de seus filhos;
- . Alunos afirmam que não gostariam de ter colegas homossexuais;
- . A discriminação contra alunos LGBTQI+ por parte de colegas ocorre de forma velada, por meio de referências preconceituosas e utilizando-se de termos pejorativos, para humilhar, discriminar, ofender, isolar, ameaçar;
- . Os homens possuem mais preconceitos que as mulheres;
- . Uma porcentagem concorda que a homossexualidade é uma doença;
- . Professores são coniventes com as discriminações, ao considerar que expressões de conotação negativas são apenas brincadeiras;
- . Alguns professores reconhecem que existe preconceito e discriminação na escola, mas que esses só se dariam nas relações entre alunos, negando a existência entre professores e alunos, porém, contradizendo tal assertiva, vários alunos assinalam casos de discriminação explícita

dos professores em relação a alunos homossexuais. (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004, p. 303-304)

Rafael Porto Vieira; Sandra Regina Marcolino Gherardi e Mirlene Fátima Simões Wexell Severo (2018) compilaram dados sobre as causas da homofobia nas escolas, as quais entendemos mais significativas:

- . alguns professores(as) por não conseguirem separar suas convicções pessoais de suas práticas profissionais e sociais, expressam abertamente para seus(suas) alunos(as) suas opiniões e crenças religiosas, sendo possível desta forma, constatar práticas preconceituosas influenciadas por esses discursos e crenças;
- . medo por parte de docentes de serem acusados(as) de incentivar práticas homossexuais;
- . resistência dos agentes educacionais – gestores(as), coordenadores(as), professores(as), secretários(as) da educação – em dar visibilidade aos temas voltados a diversidade sexual;
- . silenciamento quanto à normalização dos corpos e das sexualidades;
- . políticas públicas e curriculares incipientes, que não inserem as temáticas de gênero e sexualidade de forma correta;
- . educação sexista;
- . práticas escolares heteronormativas;
- . políticas públicas parciais e excludentes, que afetam negativamente as populações que se localizam fora dos limites de uma norma heterossexual. (VIEIRA; GHERARDI; SEVERO. 2018, p. 75)

Além das consequências acima citadas, Junqueira (2009b) aponta que esse preconceito afeta o bem-estar subjetivo, incide no padrão das relações sociais entre estudantes e profissionais da educação, interfere no sucesso e rendimento escolar, produz intimidação, insegurança, estigmatização, segregação e isolamento, gera desinteresse pela escola e, desta forma, interfere na distorção idade-série, abandono e evasão escolar, prejudica a inserção no mercado de trabalho, vulnerabiliza física e psicologicamente, influencia negativamente na vida socioafetiva, dificulta a integração das famílias homoparentais e de pais e mães transgêneros na escola e estigmatiza seus/suas filhos(as). Além disso, a escola corrobora, assim, como outras instituições, no processo de internalização da homofobia, já discutida acima.

Além disso,

[...] é preciso não descurar que a homofobia, em qualquer circunstância, é fator de sofrimento e injustiça. Também por isso, o astucioso argumento de que ela seria “menos grave quando não produz baixo rendimento, evasão ou abandono escolar”

deve ser enfaticamente repellido (JUNQUEIRA, 2009, p. 26).

O autor segue informando que alunos homossexuais, bissexuais ou transgêneros, por estarem inseridos num contexto de estresse, intimidação, assédio, não acolhimento e desqualificação permanentes, muitas vezes são levados(as) a abraçar a imagem de alunos(as) acima da média, com desempenho escolar irrepreensível. Na sequência, o autor esclarece outras situações:

Tal como ocorre com outras “minorias”, esse/a estudante tende a ser constantemente impelido/a a apresentar “algo a mais” para, quem sabe, “ser tratado/a como igual”. Sem obrigatoriamente perceber a internalização dessas exigências, é instado/a a assumir posturas voltadas a fazer dele/a: “o melhor amigo das meninas”, “a que dá cola para todo mundo”, “um exímio contador de piadas”, “a mais veloz nadadora”, “o goleiro mais ágil” etc. [...]. Trata-se, em suma, de esforços para angariar um salvo-conduto que possibilite uma inclusão (consentida) em um ambiente hostil. Uma frágil acolhida, geralmente traduzida em algo como: “É gay, mas é gente fina”, que pode, sem dificuldade e a qualquer momento, se reverter em “É gente fina, mas é gay”. E aí, o intruso é arremetido de volta ao limbo. (JUNQUEIRA, 2009b, p. 26).

Para que essas consequências sejam, no mínimo atenuadas, em curto tempo, é necessário que haja um enfrentamento desse preconceito. Em algumas escolas, o trânsito aparentemente tranquilo de LGBTQI+ passa a errônea ideia de que o problema já foi resolvido, porém é preciso atentar que o que aparece aceitação, muitas vezes não é.

A falta de solidariedade por parte de profissionais, da instituição e da comunidade escolar diante das mais corriqueiras cenas de assédio moral contra estudantes LGBT pode produzir ulteriores efeitos nos agressores e nos seus cúmplices. Além de encorajados a continuarem agindo, aquiescendo ou omitindo-se, são aprofundados em um processo de “alheamento”. Este alheamento esvazia o sentido da vida, alimenta o cinismo, anestesia as sensibilidades em relação às injustiças, conduz à naturalização do inaceitável, produz uma resignação ao intolerável e mina os parâmetros éticos ainda subsistentes (JUNQUEIRA, 2009b, p. 27-28).

A LGBTQIfobia é uma força desumanizadora que prejudica a construção de uma sociedade igualitária, democrática e plural. A escola precisa estar atenta a todo e qualquer sinal que ocorra em seus espaços dessa expressão cruel e degradante de preconceito e estudar formas de desconstruir os postulados heteronormativos e, assim, efetivar suas funções sociais, permitindo a formação de qualidade e a conclusão com êxito de todos(as) seus/suas alunos(as), sejam eles LGBTQI+ ou não (JUNQUEIRA, 2009b).

O problema da LGBTQIfobia só é um problema porque não lidamos com ele. Não se pode solucionar um problema sem nome ou que não se reconhece como real. É preciso pensar e entender que, se existe privilégio de um lado, do outro lado existe a opressão e a discriminação. Daí a importância de as escolas e seus(suas) agentes educacionais refletirem,

discutirem e elaborarem planos para buscar eliminar de seus espaços esse (e outros) preconceitos que causam tanta injustiça e desigualdade.

A partir dessas prerrogativas, o Instituto Federal Catarinense (IFC) aprovou, em 2019, via Conselho Superior (Consuper), a Resolução 33/2019, que cria a Política de Inclusão e Diversidade, que

[...] orienta ações de promoção da inclusão, diversidade e os direitos humanos, para o acompanhamento e suporte da comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, sexualidade, necessidades específicas ou de outras características individuais, coletivas e sociais (art. 1º).

Os princípios da Política de Inclusão e Diversidade estão definidos no seu art. 2º:

I - compromisso com os direitos humanos e a cidadania; II - promoção da inclusão, diversidade e direitos humanos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão; III - equidade nas condições de acesso, permanência e êxito no percurso formativo preservando e promovendo o respeito à diversidade em todos os seus matizes; IV - defesa e compromisso com a justiça social e combate à todas as formas de preconceito; [...] IX - respeito à liberdade; X - garantia de valores éticos e humanísticos; XI - defesa de uma instituição inclusiva e diversa.

Além disso, determina a criação dos Núcleos Inclusivos, dentre eles o Neges (Núcleo de Estudos em Gênero e Sexualidade), que possuem como finalidades:

Art. 17 O Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (Neges) é voltado para o fomento a estudos das questões relativas à temática de gênero, identidade de gênero e sexualidades no âmbito da Instituição e em suas relações com a comunidade externa e desenvolvimento de ações que promovam o combate ao preconceito.

O Parágrafo único do artigo 17 apresenta as atribuições dos Neges nas unidades do IFC (*campi* e Reitoria), que são: propor programas, projetos, atividades, estudos e pesquisas que promovam a equidade de gênero e uma educação não sexista, em uma perspectiva étnica, racial e de classe; articular e promover ações referentes à temática da diversidade sexual e gênero e proteção das pessoas e grupos atingidos por atos discriminatórios; debater vivências e reflexões quanto à temática da diversidade sexual e de gênero; construir vínculos e diálogos com fóruns, organizações, associações e movimentos sociais comprometidos com os direitos das mulheres e das pessoas LGBTQI+; propor programas de formação continuada aos temas relacionados; propor políticas de acesso, permanência e êxito às pessoas que, em função de gênero e/ou sexualidade, se encontram em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional; participar da construção dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), a fim de garantir que a temática da diversidade sexual e de gênero sejam contempladas.

Para alunos e alunas LGBTQI+, é importante esse espaço para que tenham um ponto de apoio, de acolhimento, onde possam se sentir livres para conversar, desabafar, contar e buscar

por soluções dos problemas que têm enfrentado nas salas de aula, nos corredores, em suas casas ou outros ambientes sociais e culturais. Incluir não é somente possibilitar o ingresso, mas, quiçá, o mais importante, proporcionar a permanência e a conclusão com êxito desse público que há tanto tempo tem sido excluído dos espaços escolares, seja por brincadeiras e piadas, seja por agressões psicológicas e físicas por parte de colegas e também de docentes e demais servidores(as).

[...]a existência desses núcleos na Instituição possibilita que seus discentes, docentes, técnicos administrativos e também pessoas da comunidade externa participem de debates e ações que objetivam a propagação dos conceitos de gênero e diversidade sexual. Objetivando a diminuição de casos de violências de gênero na instituição, ocasionando, por consequência, um ambiente mais igualitário a todos, na tentativa de erradicar os binarismos e as dominâncias de gênero em nossa sociedade. (BRANCHER; COLLING; PORTO, 2020, p. 147).

A atribuição do IFC, portanto, tem um papel social bastante expressivo: promover uma educação de qualidade, laica, gratuita e que respeita a diversidade e amplia cada vez mais os processos de aprendizagem cidadã dos que nela estão presentes, sejam estudantes, docentes ou técnicos(as) administrativos, prosperando na tão almejada inclusão escolar e social, e

Recusar a homogeneização sutil, mas despótica em que incorremos às vezes, sem querer, nos dispositivos que montamos quando subordinamos os estudantes a um modelo único, ou a uma dimensão predominante (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; CRUZ, 2011, p. 96).

A aprovação da Política de Inclusão e Diversidade e dos Neges, junto com a oferta de uma formação integral, que busca garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural –, procurando formar cidadãos no seu significado mais amplo, não apenas com capacidade intelectual, mas também com o discernimento social sobre o que acontece em sua volta, os motivos para estes acontecimentos e a maneira de resolvê-los, nos traz esperança de mudanças para uma sociedade mais justa, igualitária e pacífica.

Porém, para alcançar esses propósitos, não basta somente projetos pedagógicos ou didáticas específicas, mas sim o engajamento ético-político de todos e todas os(as) agentes educacionais: docentes, técnicos(as) administrativos, gestores(as) (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015).

Para Ciavatta (2014, p. 188),

[...] não se trata, pois, de mera adaptação às mudanças no mundo da produção e do trabalho, tais como adaptar-se à flexibilização produtiva, à “sociedade da incerteza”, às relações de trabalho desregulamentadas, ao empreendedorismo, aos programas breves de aprendizagem, aos programas paliativos da tensão social. Há condições de vida que permeiam as opções das pessoas. E estas passam pela forma histórica de

como produzem a própria vida.

Analisando o que foi exposto, pode-se inferir que o IFC ainda não chegou na completude da não exclusão, mas está no caminho correto, ao menos nos documentos oficiais. Agora, é necessário que os(as) profissionais da educação proponham discussões, atividades, seminários, e incluam em cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC) as questões referentes a gênero, sexualidade, identidade e diferenças, para que podemos proclamar a formação de cidadãos e cidadãs plenos(as), conscientes, reflexivos(as), e que consigam agir com respeito às diferenças, com empatia e habilidade para compreender que apesar das diferenças somos mais iguais do que percebemos.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, tendo em vista que “[...] preocupa-se [...] com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). Para Godoy (1995, p. 21), “[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada.”. Sua natureza pode ser considerada aplicada, uma vez que o objetivo do próprio ProfEPT determina a elaboração e aplicação de um produto educacional.

Foram convidados a participar da pesquisa servidores(as) que atuam diretamente com alunos(as), como os(as) do Registro Acadêmico, Coordenadores(as) de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e servidores(as) do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento ao Educando (SISAE). O Registro Acadêmico é o primeiro setor de contato entre estudantes e *campus*. Os(As) Coordenadores(as) de Curso são os sujeitos, *a priori*, responsáveis pela resolução de conflitos entre docentes/discentes, docentes/docentes, discentes/discentes e que devem fazer os encaminhamentos para os demais setores para que haja acompanhamento e solução dos problemas que podem surgir entre os atores acima mencionados. Já o SISAE, tem como função “implementar o atendimento integral e interdisciplinar ao estudante do IFC visando ao sucesso no processo de ensino-aprendizagem, à saúde, ao bem-estar, à permanência e êxito estudantil” (IFC, 2020). Percebe-se que esses(as) sujeitos/atores estão intimamente ligados aos(as) estudantes, podendo embasar a pesquisa com conhecimentos sobre o *campus* e discentes bastante pertinentes.

A escolha do *campus* Camboriú como foco da pesquisa se deu devido à proximidade do pesquisador com o *campus*, além do expressivo número de alunos e alunas no Ensino Médio Integrado, em torno de 955 alunos(as), número que levaria a uma maior probabilidade de presença de alunos e alunas LGBTQI+.

Em relação ao nível de ensino (EMI), a escolha se deu em função de os Institutos Federais terem esse nível de ensino como prioridade de oferta e também pela proposta de educação integrada entre ensino profissionalizante e ensino básico, não apenas a simples conjugação das disciplinas do ensino médio regular com as disciplinas do ensino técnico.

Para Araújo e Frigotto (2015, p. 6):

o ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas

faculdades físicas e intelectuais.

Como instrumento para produção dos dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada.

Devido à pandemia da COVID-19, infelizmente não foi possível realizar as entrevistas de forma presencial, utilizando-se, então, como ferramenta, o *Google Meet*.

A princípio, foram estruturadas perguntas iguais a todos(as) os(as) participantes, mas no decorrer das conversas foram surgindo novas informações que deram um maior embasamento para as análises posteriores.

Para a análise dos dados, foi escolhido o método de Análise de Conteúdos, uma das técnicas de tratamento de dados em pesquisa qualitativa que está calcada na proposta da professora Laurence Bardin. A partir das leituras, foram selecionadas categorias de análises, expostas no Tópico 4 deste trabalho – Resultados e Discussões.

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Para análise dos dados, seguiu-se os procedimentos apontados por Bardin (2011). Na primeira fase foi feita uma leitura flutuante durante as transcrições das entrevistas. Em seguida, foi efetuada a exploração do material e a definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro, visando à categorização e à contagem frequencial, conforme as respostas dos entrevistados.

Por último, foram analisadas e interpretadas as entrevistas, de forma a alcançar o escopo da pesquisa, com o propósito de compreender a presença de alunos e alunos LGBTQI+, atitudes LGBTQIfóbicas e encaminhamentos, abandono escolar, acolhimento do público LGBTQI+ no *campus* e a existência de disciplinas específicas sobre Gênero e Sexualidade nos cursos pesquisados, conforme detalhadas abaixo.

Serão utilizadas letras maiúsculas seguida de número para os(as) entrevistados(as). Para os cursos e disciplinas, optou-se por duas letras maiúsculas, de forma a manter o anonimato, tanto dos(das) entrevistados(as) como dos cursos e disciplinas.

4.1 Presenças de alunos(as) LGBTQI+ no curso/*campus*

Todos os (as) coordenadores(as) confirmaram a presença de alunos LGBTQI+ nos cursos de EMI do *campus* e, em alguns cursos, a presença de alunos e alunas transsexuais.

Em um curso, o coordenador (R3) confirmou a presença de duas alunas que são assumidamente namoradas. “[...] eu lembro de uma aluna, elas são namoradas no caso, duas alunas que namoram no terceiro ano, esse sim me lembrei agora desse caso... mas sempre tem alunos, alunas[...]”. Ao ser questionado se elas têm o respeito dos colegas, a resposta foi positiva. “[...] Tem um respeito, a gente observa ... assim, como eu não tenho um convívio diário com elas, mas em sala de aula a gente observa que os alunos respeitam elas [...]”.

Em relação a alunos e alunas travestis e/ou transsexuais, os(as) entrevistados(as) tendem a relacionar diretamente com o uso do nome social ou das performances apresentadas em momentos culturais, como o IFCultura⁶, confundindo, portanto, uma apresentação artística e cultural como uma revelação de suas orientações sexuais ou identidades de gênero, o que não é correto afirmar.

6. O IFCultura visa incentivar a cultura e o crescimento profissional, científico e tecnológico nas diversas modalidades e linguagens artísticas. No evento são integradas e compartilhadas as diversas atividades artísticas e culturais realizadas pelos estudantes do IFC. (IFC, 2020).

R1: Mas é que nesse ano específico as parada cultural, que é esse momento que eles, que normalmente eles ...ai você descobre né, porque no dia a dia né não tão transformados né, não tão com a roupa ...você não sabe...mas eu acredito que na TF não tenha. Tem é, tem alunos que são homoafetivos, são gays, mas travestis acho que não.

R2: Ter, ter tem, mas não assim oficialmente que a gente tenha já o nome social ou, hã...registrado oficialmente tá. Por enquanto ainda não, mas acredito que daqui a pouco a gente vá ter sim. Como ...como oficialmente né? [...] . Informalmente a gente sabe né, a gente convive né. Enfim...formalmente ainda não tem nenhum com nome social né, vamos dizer, pra botar na lista de presença e tal. Então ainda não tem oficial.

Um caso específico foi relatado por um coordenador, sobre um aluno que usou vestimentas femininas na formatura e o que chamou a atenção do pesquisador foi o termo normal, utilizado pelo mesmo, indo ao encontro do que afirmam Borrillo (2016) e Junqueira (2009a) quando apontam que quaisquer maneiras de se afastar do que é normativamente imposto são tidas como anormais, doentias.

R3: É, na formatura, teve um aluno que ele passou os 3 anos assim... **normal**, e ali no final ali, ele usou peruca e... assim...se libertou assim ...expôs tudo que ele queria assim, realmente. Teve um caso esse na formatura... E, é, foi um choque...eu olhei assim ...

Sobre a relação dos demais alunos em relação à orientação sexual e/ou de gênero, houve consenso entre os(as) entrevistados(as) de que não há grandes problemas, pelo menos na presença de docentes e servidores(as).

R4: Olha, eu acredito que não tem problema assim, muito. No CO eu vejo que é tudo muito tranquilo, sabe? Eu não vejo muita...eu não consigo perceber né...a questão de preconceito e bullying, coisas assim, sabe? Até porque a gente sempre fala sobre isso de uma maneira muito tranquila, muito natural, né? Com os professores também né, muitos professores LGBT, eu inclusive. Então... Enfim, não teria muito problema em relação a isso né, é tudo muito aberto né. [...] Do CO não tinha muito problema não, assim ...vinha vestido né...vinha super a vontade assim... faziam performances, no IFcultura e tal, super de boas, assim.

Porém, Junqueira (2009b) aponta a necessidade de muitos LGBTQI+ agirem de formas exemplares para, de alguma maneira, serem aceitos(as) num espaço hostil, sendo alunos(as) irrepreensíveis, amigos(as) etc., mas que qualquer atitude tomada como errada pode fazer com que sejam jogados(as) novamente à margem. O autor utiliza os termos: “é gay, mas é gente fina”, que facilmente pode mudar para “é gente fina, mas é gay” (p. 26). Outro motivo para não desvelarem suas orientações é o que Borrillo (2016) chama de internalização, ou seja, por vergonha ou medo, pessoas LGBTQI+ internalizam e se culpam por serem diferentes.

4.2 Atitudes LGBTQIfóbicas no curso/campus e encaminhamentos

Uma entrevistada lembra de um caso específico de LGBTQIfobia entre alunos(as) de cursos diferentes. Também admitem terem tido problemas com a não aceitação da família em relação aos seus filhos, que influenciou no percurso escolar do(a) aluno(a).

R1 Assim, já ouvi situações que realmente o aluno ele sofreu com os colegas, que houve a, vamos, a...a homofobia no caso, né, uma situação ali, os colegas é...de forma indireta ele acabou desistindo, mas foi outros fatores, mas também foi influenciado pela aquela situação que ele viveu.

Os(as) demais entrevistados(as) não recordam de casos graves e, talvez por isso, não tenham sido marcantes. A gravidade da situação é muitas vezes relatada pelos(as) entrevistados(as) como se pequenas situações como piadas, risadas, não fossem o suficiente para alertá-los(as) de que o problema está sendo iniciado e que consequências, como o abandono escolar, entre outras situações já discutidas, podem acontecer, como se percebe nas falas seguintes:

R2: Entre alunos de TO e de outros cursos da instituição nós já tivemos algumas situações isoladas né, que foram depois resolvidas.

R1: [...] Olha, assim... não, eu acredito que não. Acredito que não. Assim de problema mais grave assim...[...]

Aos(as) coordenadores(as) de cursos, foi questionado, se, hipoteticamente, houvesse algum caso de LGBTQIfobia, uma vez que na pergunta anterior todos(as) minimizaram os fatos ocorridos, ou não lembravam de ter acontecido, qual seria a medida para que tal situação se resolvesse e não voltasse a acontecer. As respostas, em geral, foram reunir as instâncias superiores, como Coordenação Geral dos Cursos Técnicos (CGET), SISAE, Neges, outros(as) coordenadores(as), presença dos pais, e, inclusive, o encaminhamento para resolução via judicial.

R2: Assim eu... eu acho que no primeiro momento eu falaria com a coordenação pedagógica, com o SISAE agora né, ou coordenação superior para gente tentar resolver juntos, né?! Junto com o curso, tem que ser uma conversa com mais ...hã...mais gente também, né? Pra gente pensar numa estratégia de como...de como atingir o pessoal né, se tivesse algum problema, como a gente poderia lidar com a situação né? Mas sempre procurando ajuda né, de outras coordenações também, né?!

R1: Então, dependendo da situação a, eu, na verdade eu, agora que você comentou eu até levei um susto, porque eu nunca parei pra pensar nisso. Mas de fato se acontecer um problema de racismo, ou qualquer coisa desse tipo, eu provavelmente vou procurar o CGET né, primeiro, pra ver qual que é a ação, porque isso não se trata só de uma, de um, de uma falta de educação ou alguma coisa, é um crime né, então provavelmente, acho que dependendo da situação os pais deverão ser acionados, mas de fato agora que, conversando com você eu nem cheguei a pensar. Eu nunca passei por isso, mas tomar algum tipo de providência, e ouvir, claro né, e depois entrar em contato com o superior que no caso é a CGET pra tomar, pra tomar as medidas ai. Mas, eu me conhecendo, eu não ia deixar isso passar não, eu ia procurar uma forma de resolver o máximo possível.

Em muitos momentos, houve uma certa indiferenciação entre homofobia e racismo, mas, de quaisquer formas, não diminuem a preocupação do docente/coordenador para a questão de “procurar uma forma de resolver o máximo possível”, o que demonstra um comprometimento com os(as) alunos(as) e a educação.

Já o coordenador do SISAE deixa claro que o intuito é sempre a conciliação, conforme se percebe no excerto abaixo:

R5: [...] o SISAE não é uma polícia né, a gente tá tentando é fazer com que as pessoas convivam bem ali dentro né, dentro do que é legal e tudo. Então a tentativa sempre é você passar por um processo de conciliação né. [...], mas então a ideia é ...[...], e aí a primeira coisa que gente tem tentado pra tudo é encaminhar pra conciliação né, porque a nossa ideia, é como eu te falei, é que tipo, inclusive, por vários motivos, mas principalmente assim, nossa ideia não a gente punir o aluno, até porque o próprio regulamento, a própria ideia de que nós somos uma instituição educacional, não tem o poder de punir ninguém né, na verdade assim, meu intuito não é mandar o aluno pra fora. Eu falo, meu ...meu... meu objetivo nunca é expulsar aluno, me livrar do aluno. Não deveria ser né mas é que o momento que ele sair do instituto ele seja uma pessoa melhor do que quando ele entrou né. Depende, eu tenho que pensar, é, como proteger a vítima, vamos dizer assim, quem tiver sofrendo, e ao mesmo tempo em como que eu transformo o... aquela pessoa que é a agressora né. Como que a gente vai conseguir agir para que isso não aconteça mais. É... e sempre, o nosso primeiro, a nossa primeira tentativa é trabalhar dentro da... da conciliação né.

Em relação às coordenações de cursos, a coordenadora do curso de TO fala em chamar e dar ciência aos pais ou responsáveis legais sobre o ocorrido e que essa conversa seria acompanhada pelo SISAE, numa tentativa de conciliação, mas não excluindo processos judiciais por parte dos responsáveis.

R2: É, é, em se tratando né, de alguma espécie de preconceito né, isso inclusive é legal, ilegal digamos, qualquer bullying qualquer coisa nesse sentido, como nossos alunos todos são menores né, eu penso que a solução seria chamar pais, responsáveis né, até porque isso é passível de um processo pro pai, por parte dos pais do aluno que sofreu né, sofreu o preconceito, sofreu o bullying, enfim, né. Então eu penso que nós chamaríamos os responsáveis e conversaríamos com eles também né, antes de tomar qualquer outra atitude né, atitude institucional eu penso que é mais no sentido de conciliação né, e de ciência dos responsáveis em relação a atitude daquele aluno né, que tá cometendo no caso né, o bullying ou ato de preconceito enfim, e depois as questões legais ficam a cargo dos pais né, dos responsáveis.

O coordenador do curso de TP fala em encaminhamento do aluno que sofreu o preconceito e também de quem praticou o ato preconceituoso para uma conversa com o SISAE, especificando que nesse setor há um psicólogo.

R3: É, quando a gente percebe, e até como professor, a gente percebe situações como essa, esse aluno é encaminhado para o SISAE, ali o SISAE faz o trabalho, verifica o que realmente está acontecendo, se for o caso esse aluno é encaminhado também para o psicólogo que a gente tem na instituição, tá ...então esse seria o encaminhamento...o SISAE exatamente ali o psicólogo se for o caso faz um trabalho e se observar que tem alguns alunos fazendo LGBTQIfobia eles também são chamados para uma conversa.

O coordenador de TF, a princípio, se diz assustado por nunca ter pensado na situação, uma vez que nunca vivenciou tal situação. A seguir, refere-se ao CGET para uma conversa inicial, procurando buscar soluções. Também a presença dos pais é focada como importante, uma vez que, segundo o entrevistado, o preconceito não é somente falta de educação, mas também um crime e, portanto, os pais devem ser informados do ocorrido.

Todos os(as) entrevistados(as) citaram o Núcleo de Estudos em Gênero e Sexualidade (Neges) como uma instância a ser incluída nos problemas de LGBTQIfobia e atendimento aos(as) alunos(as) que sofrem/sofreram com esse problema. Mesmo sendo um sinal de conhecimento do Neges, que foi instituído recentemente, esse fato demonstra também a falta de conhecimento da função do referido Núcleo, visto que ele não tem em suas atribuições o atendimento direto aos(as) alunos(as).

Outra situação que chamou a atenção do pesquisador foi a grande parcela de citações por parte dos(as) entrevistados(as) do uso de nome social, mesmo a Lei determinando que é necessário ter mais de 18 anos ou a aprovação dos pais ou responsáveis para que um(a) aluno(a) possa fazer uso do nome social. Alguns casos foram relatados, conforme pode-se averiguar abaixo, mesmo sendo poucos casos, segundo relata a servidora do Registro Acadêmico.

O coordenador do curso de TP afirma que no ano letivo passado uma menina trans solicitou o uso de nome social, mas, como era menor, o pedido não foi admitido pelo *campus*, pois os pais não autorizaram. O coordenador relata que no conselho de classe a regente da turma informou a situação e alguns professores responderam que iriam continuar chamando pelo nome que consta na lista de chamada, talvez por receio de problemas futuros com a família, talvez por preconceito. Porém, há de se levar em consideração que a escola estaria indo de encontro à decisão dos pais ou responsáveis legais sobre a utilização do nome social, o que poderia causar problemas para a instituição como um todo, visto serem alunos e alunas menores

de idade.

R3: Não, não foi aceito pelos pais, mas ele solicitou e teve um professor que ajudou também, que ele queria, e aí ele solicitou que fosse chamado pelo nome que ele queria ali na sala, na chamada.

P: Um nome masculino? Ou nome feminino? No caso seria um homem ou uma mulher trans?

R3: Era um menino, que queria que fosse chamado no feminino.

R3: Houve essa solicitação, aí não sei se teve a mudança, nesse caso especificamente. Mas **ele** solicitou e pediu e aí teve essa professora no conselho de classe que pediu que **ele** queria que fosse chamado por esse nome, que era João e ficou Joana.

P: E os professores concordaram em chamar assim?

R3: sim, sim...é ..a maioria concordaram em chamar. É, assim... têm alguns professores que não, tá na chamada eu vou chamar de acordo com o que tá ali, tá.

Aqui, percebe-se a falta de informação da coordenação do curso em utilizar o pronome masculino quando, na verdade, é uma aluna trans, que se identifica com o gênero feminino.

Em outro curso, foi exposto o caso de um aluno trans que, diferentemente do caso anterior, teve a aceitação dos(as) docentes para o nome requerido, mesmo não sendo oficial, pois aqui também não houve consenso entre aluno e pais. Na mesma conversa, a coordenação mencionou outro caso, já em outro período letivo, não referente ao nome, mas ao uniforme utilizado pelo curso nas saídas de campo.

R2: Nós temos agora uma aluna de primeiro período que entrou no curso e já me pediu pra ser chamada pelo nome social né, e aí né, nós tivemos que explicar pra ela que nós podemos entre nós né, os colegas sem problema algum chama-la, [...] e nós já tivemos também aluna, uma aluna que já é formada, nós temos uniforme técnico né, da área de TO para as aulas práticas, para as saídas, ela queria ser, queria utilizar o uniforme masculino né, as gravatas, assim e aí também a gente teve que pedir pro responsável assinar a ciência né de que a menina é, estaria adquirindo o uniforme masculino. Esses cuidados na verdade mais no sentido de serem menores né, porque como a gente trabalha com meninos menores né, talvez a gente atender uma solicitação assim depois a gente tenha algum incômodo a instituição como um todo né, algum incômodo por conta da família né, não se sentir confortável com a situação. Mas sempre tudo foi resolvido tranquilamente né [...]

No caso do menino trans, houve encaminhamento para o SISAE para ver o respaldo legal de utilizar o nome social, mesmo sendo menor de idade e sem a autorização dos responsáveis legais, mas não houve resposta devido à pandemia do COVID-19. Segundo o coordenador do SISAE, foi solicitada a ajuda do Neges e da Procuradoria, pois existe uma nota técnica da Comissão Especial de Diversidade Sexual da OAB, informando que não é necessária

a autorização dos responsáveis legais⁷.

Hogemann (2014, p. 223) aponta que:

[...] a mudança de nome é fundamental para que possa fortalecer sua identidade como mulher ou como homem. A coação sofrida por serem chamados pelo nome que não correspondem à sua autoimagem provoca-lhes um alheamento, que confirma o despreparo dos espaços sociais, mesmo os ditos “educativos” para o trato dessa questão: poucas são as ações desenvolvidas nesse âmbito para o combate de práticas discriminatórias.

Todos os(as) entrevistados(as) acabaram errando os pronomes de alunos(as) trans e travestis, chamando-os/chamando-as pelos pronomes do sexo biológico e não pela sua identidade de gênero, chegando inclusive a se perguntar se eram realmente trans, pois são “adolescentes e estão descobrindo sua sexualidade”.

R2: É, olha, será Jair que é trans? Ela é uma menina né, é na verdade ela tem uma postura de menino né, e o nome dela social é um nome de menino. É Tamires e ela quer ser chamada de Daniel...

Então, no pouco, no curto período que a gente teve de contato, por que **ela**, é um aluno de primeiro ano né, não houve nenhum problema né, eles chamavam **ela** pelo nome social e agora nas atividades remotas, as atividades que **ele** encaminha, mesmo as em grupo, tá utilizando também o nome de Daniel, né, então eu penso que no grupo, na turma tá bem resolvida a situação, só realmente com os pais né, que é o maior empecilho dele né.

R3: Mas **ele** solicitou e pediu e aí teve essa professora no conselho de classe que pediu que **ele** queria que fosse chamado por esse nome, que era João e ficou Joana.

P: E essa menina, professor, que tinha solicitado o nome social e os pais não aceitaram?

R3: **É um menino.**

4.3 Casos de abandono escolar devido à LGBTQIfobia no curso/*campus*

A grande parte dos(as) entrevistados(as) não lembra ou sabe de algum caso específico de abandono escolar devido a atitudes LGBTQIfóbicas no *campus*, mas citam algumas ocorrências de evasão pelo fato de as famílias não aceitarem a orientação sexual/gênero dos(as) filhos(as) e isso influenciou no abandono escolar, conforme percebe-se nos relatos abaixo:

R1: [...] mas teve um aluno que saiu do *campus* por conta de ter, de ter... falado pros pais que era gay...**não sei se esse termo é pejorativo ou não**, mas enfim...e daí ele, o pai expulsou de casa e ele teve que se mudar e ele acabou saindo do IFC e tempo depois ele voltou porque a mãe acolheu ele de volta.

⁷ https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/Nota_tecnica_nome_social.pdf

Porém, um dos coordenadores de curso (R3), mesmo afirmando que não soube de nenhum abandono causado por preconceito sexual ou de gênero, defende que a situação familiar é a maior causa nos casos de que ele recorda, enquanto outro coordenador (R1) deixa claro que o preconceito também influenciou no abandono:

R3: ... já acompanhei uma situação, mas não somente por essa especificamente, mas teve outros fatores que acabou então que desistiu. Foi um conjunto de fatores que levou esse aluno a desistir. [...] teve um aluno que ano passado ele abandonou [...] acho que a família não aceitava muito bem e ele teve problemas psicológicos ali, e acabou desistindo, mas foram vários fatores envolvidos: familiar, também o acompanhamento na escola que acaba sendo afetado né, e levou a desistência desse aluno. Não somente o fato da discriminação especificamente.

R1: Assim, já ouvi situações que realmente o aluno ele sofreu com os colegas, que houve a, vamos, a... a homofobia no caso, né, uma situação ali, os colegas é...de forma indireta ele acabou desistindo, mas foi outros fatores, mas também foi influenciado pela aquela situação que ele viveu.

4.4 Existência de disciplinas específicas sobre gênero e sexualidade nos cursos

No que se refere a disciplinas que tratem de gênero e sexualidade nos cursos de EMI do *campus* Camboriú, foi possível verificar que somente o curso TO, na disciplina de RI, o tema é abordado, conforme se percebe na fala da coordenadora.

R2: [...] é trabalhada na disciplina de RI, essa disciplina eles têm no primeiro ano do curso TO né, depois na disciplina de RG, quando a gente trabalha as aulas práticas, são feitas atividades como simulações né, de atendimento com esse perfil de público né, então, na verdade a gente procura, né, é, ensinar que eles atendam de maneira uniforme independente do perfil do público. E aí, é claro que nas situações de estágio, enfim, que a gente vai entender mesmo, mas até hoje não teve nenhuma reclamação de aluno, né, por conta de má postura diante de uma situação

Já no curso de TF, o coordenador aponta que não há uma disciplina específica sobre o tema e cita a formação integral como uma propulsora de mudanças de atitudes dos(as) alunos(as).

R1: Especificamente não, mas a gente...como a gente tem a ideia de uma **formação integral** né, não só no sentido de profissional, a gente acaba abordando esses assuntos, então é ...[...], por isso que eu acho que esse tipo de coisa o IFC tem o poder meio de dissipar essas coisas, a gente tá sempre comentando sobre isso, nós temos professores que são bem engajados com ...com várias causas, , não só essa específica, e ai acaba os alunos meio que abrindo os olhos. Quando, quando eles não abrem os olhos é porque são gente bem do mal (risos) digamos assim, a maioria acaba...conheço vários que se formaram e que entraram com um pensamento e saíram com outro diferente. **O IFC tem esse poder de transformar** um pouco ali, apresentar mais a realidade pro público, pros alunos.

Importante o momento que o coordenador cita que o IFC, através da educação integrada, tem o poder de transformar os alunos, com visão mais concreta da realidade, e vai além:

R1: No IFC é assim, tem salvo alguns ali que a gente tem que trabalhar um pouco, no IFC os alunos não são preconceituosos, não os dos últimos anos pelo menos né. Dos primeiros daí a gente tem que trabalhar ainda. Mas eu vejo que é um lugar bem aberto ali, tenho uma conhecida que se formou há pouco tempo, que ela realmente fala que se não fosse o IFC ela ia ser um desses que ataca o pessoal e tudo mais, salvou a vida dela, tipo. É um ambiente tão misturado, tão ...todo tipo de gente que acho que eles aprendem a se respeitar, meio que na marra né, você precisa ir na escola, lá vai ter gente diferente e você, enfim... e os que não são assim são os que realmente são ... que conseguem sair do IFC e continuar com o pensamento preconceituoso, racista, esse daí eu acho que é mais caso de psiquiatria do que (risos) ...de caráter mesmo.

O coordenador do SISAE explica que, no início do ano, é feita uma recepção para todos(as) os(as) novos(as) alunos(as) e que, nessa recepção, é explicado o funcionamento do *campus*, dos cursos, e também é feita uma conversa ampla sobre vários assuntos, inclusive sobre Gênero, Sexualidade (quando surge oportunidade) e demais preconceitos, como racismo, xenofobia etc.

Portanto, pode-se concluir que em nenhum curso do EMI há disciplinas específicas sobre o tema Gênero e Sexualidade, o que pode servir de empecilho para discussões e de propulsão para ampliar os preconceitos.

4.5 Acolhimento

Em relação a um acolhimento específico para o público LGBTQI+, foi verificado que não existe um momento específico para isso. Conforme um dos entrevistados, é quando surge um problema que se busca a solução. O mesmo entrevistado utilizou o termo **solução-tampão**.

R3: É, realmente hoje, hoje no curso TP, posso falar até no instituto, acho que não se tem um acolhimento específico logo que esses alunos chegam na instituição. É... só com o passar do tempo quando a gente observa e ai sim também se tem algum que um aluno precise de um certo acompanhamento a gente chama, senão não é feito nenhum acompanhamento dele.

R1: Não. Especificamente sobre o tema não, a gente tem a recepção, inclusive no TF no ano passado o coordenador tava fora e eu que acabei fazendo a recepção, então, tem a recepção geral que normalmente é uma palestra que vai todos os alunos, todo mundo, a gente se conhece ali, que aborda vários temas. E ai...falam sobre preconceito, acabam falando sobre preconceito, mas de fato não é o ponto de pauta né. Acaba sendo dito, mas não é algo que, pelo menos na minha visão né, não fazia parte da coordenação né, acaba sendo um tema que foi naturalmente né, nessa, nesse acolhimento ali. Mas uma coisa específica, uma disciplina específica, um momento específico não...

Ao falarmos de acolhimento, estamos discutindo as ocorrências que vão acontecendo no espaço escolar e como são resolvidas. Acolher, nesse sentido, é ter um ponto de apoio, segurança, respeito e pessoas dispostas a lutar pelos direitos e confrontar os preconceitos que poderão surgir no decorrer do percurso escolar de jovens LGBTQI+.

Para Monteiro (2020, p. 29) “[...] o acolhimento constitui um instrumento catalisador das relações interpessoais e pressupõe o desenvolvimento da alteridade, a capacidade de se colocar no lugar do outro”.

Uma fala bastante interessante sobre o preconceito foi feita pelo coordenador do curso de TF, citando que muitas vezes o preconceito acaba sendo disseminado na própria família, com conhecidos, e que isso gera um sofrimento grande a todos e todas que passam por esse processo. No entanto, para o coordenador, a convivência diária, o conhecer as pessoas, a empatia, junto com uma educação pautada na transformação social, pode mudar essa realidade.

R1: É, porque é... é ...por que.... não é que eu entenda, não ... não é que eu tolere né, mas eu entendo o preconceito como você não tendo contato com o outro né. É muito fácil tu sentir raiva de alguém que você não conhece. Ai você tá ali convivendo com a pessoa, a pessoa senta no almoço no seu lado, conversa da vida dele, fala das vivências ... eu acho que se alguém continuar sendo preconceituoso passando por isso a pessoa tem que ser muito mau caráter. Assim né, é teu conhecido né, um humano ali ... a gente sofre muito, eu acredito que a gente sofre muito hoje em dia [...] Problema é quando a gente vê que isso vem da casa né, não é alguém da internet ou terceiros falando mas é na casa que se fala assim é dessa forma. Enfim. Mas no geral é como você disse, é bem plural e eles acabam, hora ou outra, se pondo no lugar do outro, do colega e acaba deixando de lado esse preconceito.

Finalizando as análises, pode-se perceber alguns fatos positivos e outros negativos nas falas dos(as) entrevistados(as). Em primeiro lugar, é necessário pontuar que a presença de alunos e alunas LGBTQI+ não está invisibilizada no *campus*, marcando presença no dia a dia, nos momentos culturais e nas formaturas. Um segundo ponto importante é a aceitação de grande parte de docentes em utilizar o uso do nome social de alunos e alunas trans e também a disposição de enfrentar os preconceitos através de encaminhamentos e chamamentos dos pais ou responsáveis legais para buscar sanar os problemas por eles causados. As conversas entre aqueles e aquelas que praticam o *bullying* LGBTQIfóbico e aqueles e aquelas que os sofrem, em busca de uma conciliação e reconhecimento da igualdade de direitos, também é um ponto positivo. A educação integral, mesmo tendo um erro gramatical (educação íntegra), por parte do coordenador (R1) e seus posteriores comentários acerca do poder que o IFC tem de transformar as pessoas para melhor, não pode ser esquecida. É uma fala que traz consigo os valores que se desejam e que se buscam na/da educação.

No entanto, muitos enganos foram cometidos durante as entrevistas, como os pronomes corretos ao citar alunos e alunas trans, o fato de igualar LGBTQIfobia e racismo, o fato de não saber diferenciar homossexualidade e homoafetividade, bem como a utilização do termo “normal”, que traduz os pensamentos homogêneos de grande parte da sociedade, que veem LGBTQI+ como anormais (BORRILLO, 2010; JUNQUEIRA, 2009a).

Porém, mesmo os(as) entrevistados(as) não possuindo nenhuma formação em gênero e sexualidade, é possível perceber que todos eles e elas são agentes educacionais preocupados(as) com as ações e consequências geradas pelos diversos tipos de preconceitos, especificamente, neste trabalho, a LGBTQIfobia. Isso traz o alento e a esperança de um futuro melhor para todas as pessoas, indiferentemente de suas diferenças pessoais e diversidade social, cultural, religiosa, sexual, étnica ou outras.

5 AVALIAÇÕES DO PRODUTO EDUCACIONAL

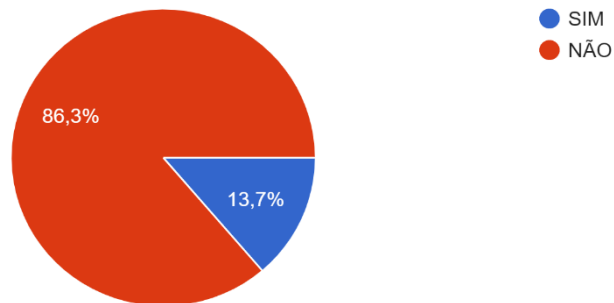
Para a avaliação do Produto Educacional, foram convidados(as) todos(as) os(as) servidores(as) que fazem partes dos Neges dos *campi* do IFC, os(as) servidores dos Registros Acadêmicos, além dos(as) entrevistados(as), totalizando 133 convites. 71 pessoas acessaram o ambiente virtual de aprendizagem, *Classroom*. O período para acesso, leitura e avaliação, a princípio foi de fevereiro a março. Porém, esses meses coincidiram com o término do ano letivo e férias docentes. Dessa forma, o prazo foi ampliado até abril de 2021.

Abaixo, será possível verificar as perguntas e respostas:

5.1 Módulo 1

Você possui alguma formação em Gênero e Sexualidade?

51 respostas

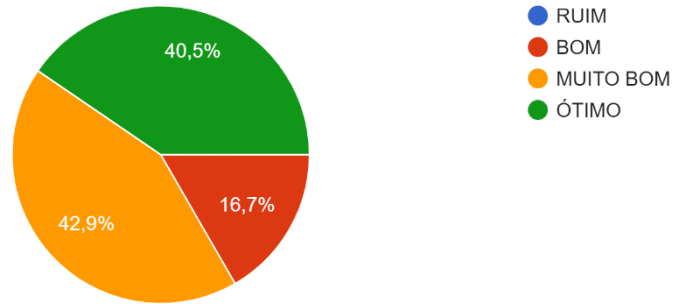


Na apresentação, foi perguntado se os(as) participantes possuíam formação em Gênero e Sexualidade. Das 51 pessoas respondentes, 44 disseram que não possuem e sete responderam que sim.

5.2 Módulo 2

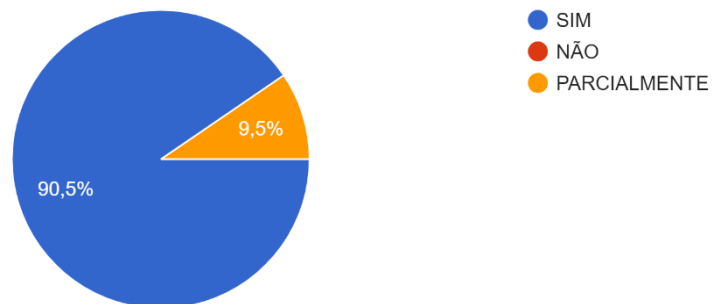
Em relação ao conteúdo, você considera:

42 respostas



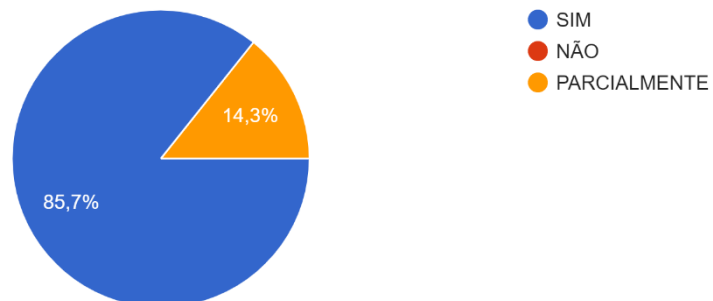
O conteúdo do módulo ampliaram seus conhecimentos sobre o tema abordado?

42 respostas



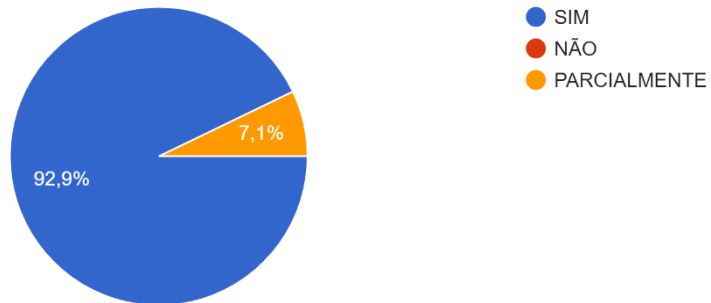
O conteúdo aborda as temáticas de forma clara?

42 respostas



Você recomendaria esse material a outras pessoas?

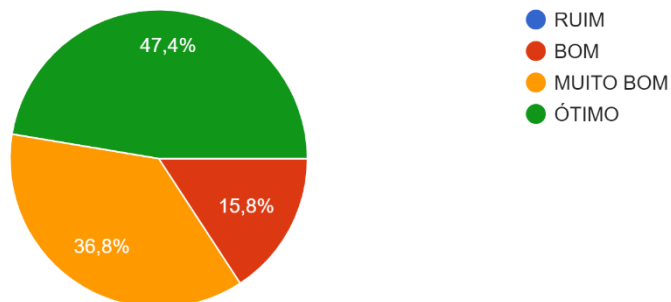
42 respostas



5.3 Módulo 3

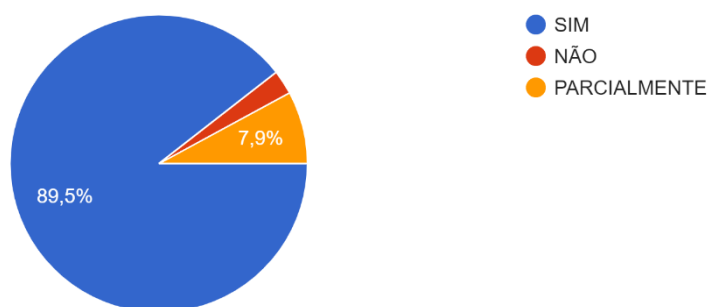
Em relação ao conteúdo, você considera:

38 respostas



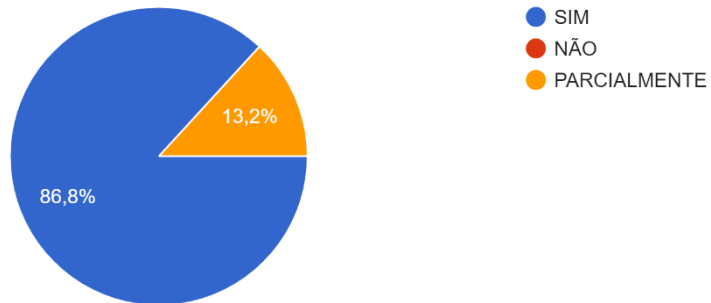
O conteúdo do módulo ampliaram seus conhecimentos sobre o tema abordado?

38 respostas



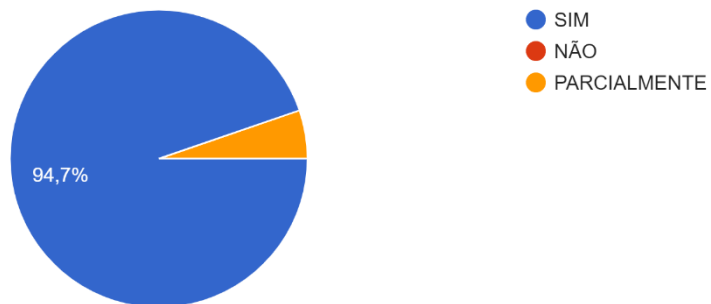
O conteúdo aborda as temáticas de forma clara?

38 respostas



Você recomendaria esse material a outras pessoas?

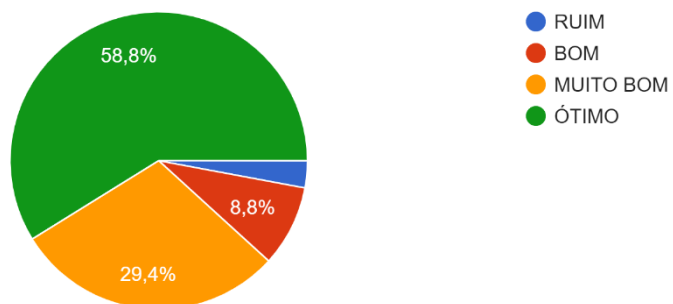
38 respostas



5.4 Módulo 4

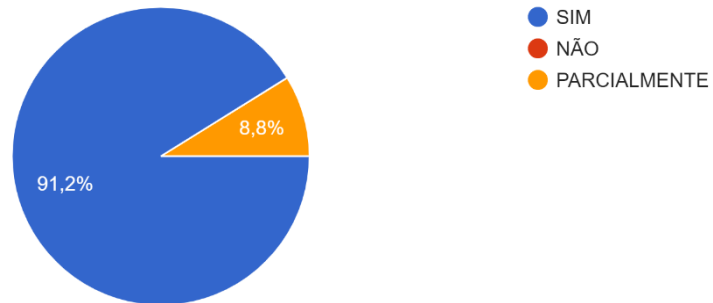
Em relação ao conteúdo, você considera:

34 respostas



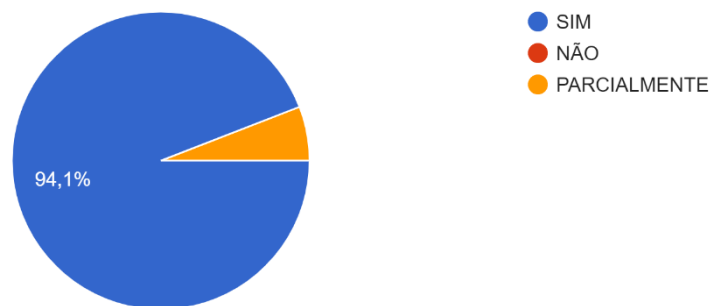
O conteúdo do módulo ampliaram seus conhecimentos sobre o tema abordado?

34 respostas



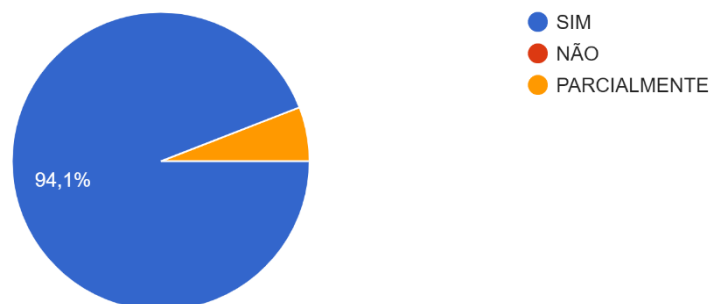
O conteúdo aborda as temáticas de forma clara?

34 respostas



Você recomendaria esse material a outras pessoas?

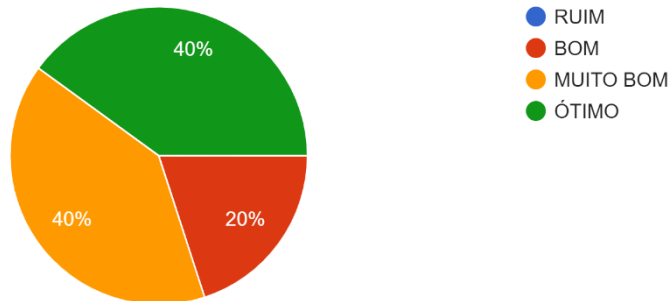
34 respostas



5.5 Módulo 5

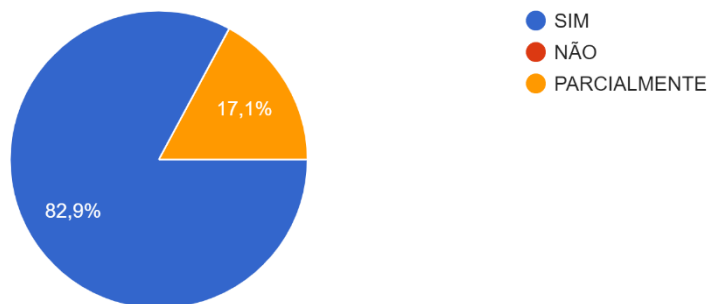
Em relação ao conteúdo, você considera:

35 respostas



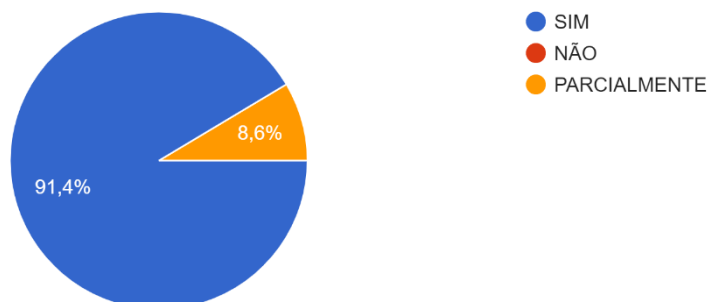
O conteúdo do módulo ampliaram seus conhecimentos sobre o tema abordado?

35 respostas



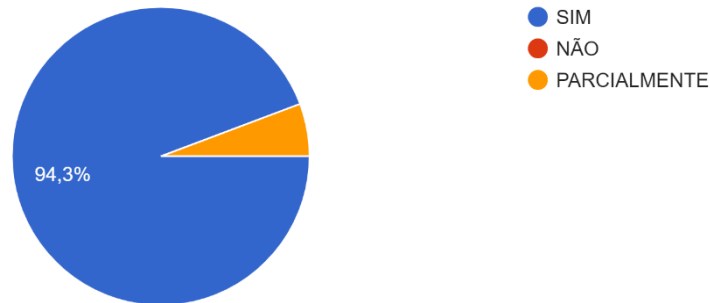
O conteúdo aborda as temáticas de forma clara?

35 respostas



Você recomendaria esse material a outras pessoas?

35 respostas



5.6 Comentários

Em todos os módulos, foi deixado um espaço para respostas abertas onde os(as) participantes poderiam deixar sugestões, críticas, elogios, que vamos aqui chamar de comentários.

Os principais comentários positivos se referem à temática e à sua importância para discussões e reflexões no ambiente escolar e também sobre os textos e sugestões de leituras complementares e filmes/séries, além de servir de base para os(as) membros dos Neges que não possuem formação na área.

Dentre os comentários negativos, algumas pessoas acharam os textos muito amplos, o que diminuiria o interesse, principalmente de alunos(as), mesmo tendo sido explicado na apresentação que se destinava, nesse momento, a servidores e servidoras.

Como sugestões, a maioria apontou que o material escrito poderia estar disposto na forma mais leve, com videoaulas, e que as sugestões complementares (“Você sabia?” e “Para saber mais!”) estivessem dispostas junto aos textos e não em separado.

De forma geral, a avaliação foi bastante positiva, com apenas um(a) participante avaliando como ruim o conteúdo do material (módulo 4) e um(a) avaliando que o material não ampliou seus conhecimentos (módulo 3). De forma geral, o curso foi avaliado como muito bom e ótimo, e que poderiam indicar para outras pessoas.

Pode-se inferir, portanto, que o curso atendeu às expectativas. Porém, as sugestões foram levadas em consideração, principalmente no que se refere à parte de design gráfico. Além disso, é necessário que o material fique à disposição no repositório da EduCAPES, o que, na forma de curso, seria inviável, visto que é necessário dar permissão para o acesso. Dessa forma, optou-se por transformar o curso em um *e-book*, com modificações significativas no design e

nas disposições do material.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional, no Brasil foi pensada, organizada e colocada em prática como uma opção higienista e assistencialista, dividindo os(as) educandos(as) conforme suas classes sociais. Aos(as) menos favorecidos(as) era ofertada a educação profissionalizante, com intuito operacional e técnico, preparando-os para a inserção no mercado de trabalho. Aos(as) de classes sociais mais favorecidas, o ensino propedêutico e preparatório para o ingresso no ensino superior foi a opção.

Com a criação dos Institutos Federais, em 2008, voltou a ser tema de discussões entre especialistas a formação integral, como forma de transformação social e de resgate dos inúmeros grupos sociais excluídos da educação formal.

Entre esses, encontram-se as pessoas LGBTQI+, páreas para a estrutura social homogeneizante, de diferenciação e de dominação social, de um grupo de pessoas sobre outras, visto que as pessoas LGBTQI+ entram em confronto com a família nuclear e tradicional, além de serem consideradas anormais, frente à sociedade heteronormativa.

Para atender aos objetivos de incluir todos e todas, independente das diferenças e diversidades, é preciso que a escola esteja sempre atenta aos sinais de quaisquer tipos de preconceitos para, então, fazer um trabalho pedagógico de desconstrução desses preconceitos, acolhendo e dando oportunidade iguais a todos e todas de permanecer e concluir o percurso escolar com êxito.

Assim, dentro das propostas da pesquisa realizada, objetivou-se, principalmente, entender quais os processos que o *campus* Camboriú utiliza para resolver os problemas da LGBTQIfobia, evitando o abandono escolar, bem como a existência ou não de um acolhimento para esse público em específico.

Por meio de entrevistas semiestruturadas, foi possível verificar que não há um momento próprio para debater o tema da LGBTQIfobia e demais preconceitos de gênero. Também foi possível verificar que o principal modo de resolução de problemas quando acontecem casos de discriminações a pessoas LGBTQI+ é o encaminhamento ao SISAE, como forma de conciliação entre os(as) agressor(es) e agredido(as).

Além disso, não existe em nenhum curso do EMI disciplina específica sobre gênero e sexualidade, postergando-se para quando acontece algum problema, a discussão e reflexão sobre as consequências que esse tipo de atitude pode vir a ter na vida escolar de alunos e alunas que não se enquadram no padrão de normalidade imposta pelas diversas instâncias societárias.

De toda forma, foi possível verificar que no *campus* Camboriú, segundo os(as)

entrevistados(as), não existem grandes problemas em relação à presença, à frequência e à permanência de alunos LGBTQI+ e os poucos casos de abandono relatados sempre estiveram interligados entre o que acontece na escola, mas principalmente com a não aceitação da família em relação à sexualidade e/ou gênero de seus(suas) filhos(as).

Mesmo sem haver disciplinas específicas e os(as) entrevistados(as) não possuem formação no tema, observou-se que esses(as) profissionais são/estão atentos e preocupados com as consequências da LGBTQIfobia e se dispõem a trabalhar no sentido de evitar que o preconceito se dissemine ou perdure dentro do *campus*.

Porém, é imperativo que o *campus* atue de forma a interromper a LGBTQIfobia, mesmo tendo sido minimizada pelos/pelas entrevistados(as). Algumas ações podem se fazer proveitosas, como no acolhimento inicial com todos os alunos e alunas, já deixar claro que essas atitudes não serão toleradas; apresentar o Neges e os(as) membros(as) e explicar as incumbências desse Núcleo Inclusivo; incluir em seus Projetos Pedagógicos as questões referentes a gênero e sexualidade; propor formação continuada aos/às docentes; incluir as famílias, tenham elas ou não filhos(as) LGBTQI+, em discussões e reflexões sobre os motivos desse preconceito; participar de debates públicos e, principalmente, não se deixar calar por setores conservadores que tentam desmerecer a importância de se discutir sexo, sexualidade, gênero nas escolas; entre outras ações que se fizerem necessárias.

Como instituição, pode-se citar a criação dos Núcleos Inclusivos, dentre eles, o Núcleo de Estudo em Gênero e Sexualidade (Neges) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como articulações principais para restituir o direito ao ingresso, permanência e êxito de LGBTQI+s, dentre outros grupos chamados minoritários. Porém, na nova Organização Didática, aprovada recentemente, não há nenhum item específico que trate de diversidade, inclusão, gênero e sexualidade, somente o que já consta em outros documentos oficiais, deixando, assim, a prevenção da LGBTQIfobia fora de suas páginas.

Exige-se, portanto, ações pedagógicas que busquem modificar a imagem distorcida da heterossexualidade como natural e as demais sexualidades como uma anomalia afetiva e moral. (BORRILLO, 2016).

Como Produto Educacional, foi proposto um curso que trata dessas questões, avaliado positivamente pelos(as) colegas que se dispuseram a realizar as leituras e avaliação do mesmo e, após levadas em consideração as sugestões dos(as) colegas, foi modificado para a forma de *e-book*, com modificações diversas, principalmente na parte do design gráfico e da disposição dos textos. Além disso, seria inviável manter o formato de curso no repositório EduCAPES, visto que, para o acesso, é necessária permissão do pesquisador. Mesmo existindo diversas

plataformas de ensino virtual gratuitas, é necessário um local para hospedagem e, para tal, é necessário dispensar um valor mensal, semestral ou anual, o que torna essa proposta inexecutável.

Findando, ainda não podemos afirmar que o *campus* Camboriú e o IFC sejam considerados totalmente não-excludentes, mas estão no caminho para alcançar esse *status*. Logicamente, não é possível para a instituição, em tão pouco tempo de existência, já haver sepultado todas as diferenças estruturais da sociedade. Espera-se que, com mais tempo e mais ações, essa conquista seja alcançada. Contudo, também se espera que não demore tempo demais, pois já há muito que a exclusão social e educacional de pessoas consideradas diferentes acontece, trazendo injustiças e sofrimentos para milhares de seres humanos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3c1xvhr>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 85-97, jul.-dez. 2011.
- ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Rev. Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2RSuAk8>. Acesso em: 20 maio 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENEVIDES, Maria Vitória. Educação para a cidadania e em direitos humanos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 9., 1998, Águas de Lindóia. **Anais II**: olhando a qualidade do ensino a partir da sala de aula. Águas de Lindóia: Feusp, 1998. v. 1, p. 165-177.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: História e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BRAGA, Iara Falleiros; OLIVEIRA; Wanderlei Abadio de; SILVA, Jorge Luiz; MELLO, Flávia Carvalho Malta de; SILVA, Marta Angélica Iossi. Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. **Revista Brasileira de Enfermagem** [Internet], n. 71, suppl. 3, p. 1295-1305, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2RTeh6D>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- BRANCHER, Vantoir Roberto; COLLING, Ana Maria; PORTO, Eliane Quincozes (org.). **Caminhos possíveis à inclusão V**: gêneros, (trans)gêneros e educação – alguns enfrentamentos. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/34ubjYR>. Acesso em: 23 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3wJEGlZ>. Acesso em: 30 set. 2019.
- CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2R0hkck>. Acesso em: 23 jan. 2021.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Trabalho Necessário**, [s. l.], ano 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3vAp9F5>. Acesso em: 12 maio 2021.

ClAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnicidade e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 1, p. 187-205, jan-abr. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3uF3TNn>. Acesso em: 23 jan. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GUIMARÃES, Luigi Sturaro. Homossexualidade na adolescência na contemporaneidade: mudanças e desafios. **Psicologia.pt**, [s. l.], p. 1-15, 12 jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/34tqP7A>. Acesso em: 24 fev. 2020.

HOGEMANN, Edna Raquel. Direitos humanos e diversidade sexual: o reconhecimento da identidade de gênero através do nome social. **Revista SJRJ**, v. 21, n. 39, p. 217-231, abr. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3p71E43>. Acesso em: 26 jan. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. *Campus Camboriú*. **Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE)**. Camboriú: IFC, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3oXUe39>. Acesso em: 20 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução 033/2019**. Dispõe sobre a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense (IFC). Blumenau: IFC, 1 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/34pxMXh>. Acesso em: 15 mar. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Não temos que lidar com isso. Aqui não há gays, nem lésbicas!: Estado de negação da homofobia nas escolas. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 32., 2009a, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu, MG: Anped, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3wGIXH3>. Acesso em: 22 mar. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009b. p. 13-52. Disponível em: <https://bit.ly/3ck0rRZ>. Acesso em: 22 mar. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos da; SOUZA, Nádia Geisa Silveira da; GOELLNER, Silvana Vilodre; SOUZA, Jane Felipe de (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da Furg, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3c1uOfy>. Acesso em: 12 maio 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica**. Concepções e diretrizes. 2010. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192#:~:text=O%20foco%20dos%20Institutos%20Federais,suporte%20aos%20arranjos%20produtivos%20locais.. Acesso em: 12 de maio de 2021.

MONTEIRO, Cátia Maria Alves. **Acolher para incluir**: o acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas. 2020. Artigo (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2020. Disponível em: <https://profept.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/38/2020/10/ACOLHER-PARA-INCLUIR-O-ACOLHIMENTO-COMO-ARTICULADOR-DAS-PR%C3%81TICAS-EDUCACIONAIS-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MOURA, Iago Henrique Fernandes de Sousa; OLIVEIRA, Thaisa Vanessa Costa. “Um inimigo em comum”: o patriarcado como categoria explicativa da opressão às mulheres e aos sujeitos LGBT. **Revista Includere**, Mossoró, v. 2, n. 2, p. 240-243, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3vyh7MS>. Acesso em: 10 maio 2021.

NOSELLA, Paolo. Prefácio. *In*: MANACORDA, Mario Alighiero (org.). **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PACHECO, Eliezer. Fundamentos políticos-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal/RN: Editora IFRN, 2015.

PADOIN, EGRE; AMORIM, Mário Lopes. O percurso da Educação Profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais nesse contexto. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3frJwPc>. Acesso em: 30 set. 2019.

PINHO, Raquel; PULCINO, Rachel. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 665-681, set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3utCoG7>. Acesso em: 20 nov. 2019.

POMPE, Carlos. Ambiente escolar é preconceituoso com LGBT, aponta pesquisa. **Câmara dos Deputados**, Comissão de Legislação Participativa, Brasília, DF, 23 nov. 2016. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/ambiente-escolar-e-preconceituoso-com-lgbt-aponta-pesquisa>. Acesso em: 26 abr. 2021

SANTOS, Silvana Mara Moraes; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálistys**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3fves0X>. Acesso em: 12 maio 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3fsp7tc>. Acesso em: 7 fev. 2019.

SCHENKEL, Cladecir Alberto. Educação Profissional no Brasil. *In*: SCHENKEL, Cladecir Alberto. **Gestão ambiental**: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia

e de bacharelado. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. p. 113-137. Disponível em: <https://bit.ly/3c0pklr>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SILVA, Vânia Olímpia Barbosa; CAMISASCA, Ana Caroline Pimenta Costa; XAVIER, Elton Dias. O patriarcado e a constituição familiar: um panorama sobre as desigualdades de gênero. *In: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL*, 6., 2018, Montes Claros. **Anais** [...]. Montes Claros: Unimontes, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3fwMiCY>. Acesso em: 12 maio 2021.

VIEIRA, Rafael Porto; GHERARDI, Sandra Regina Marcolino; SEVERO, Mirlene Fátima Simões Wexell. Causas e consequências da homofobia na escola: uma revisão. **Multi-Science Journal**, [s. l.], v. 1, n. 10, p. 69-77, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3fvu4Bx>. Acesso em: 22 mar. 2020.

APÊNDICE A – Produto Educacional

O Produto Educacional foi elaborado na forma de um curso intitulado: **Diversidade Sexual e de Gênero: construir conhecimentos para desconstruir preconceitos**, num total de 30 horas, utilizando-se o Google Classroom como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sendo convidados os(as) membros dos Núcleos de Estudo em Gênero e Sexualidade dos campi do Instituto Federal Catarinense, aos(as) servidores(as) dos Registros Acadêmicos e também as pessoas entrevistadas, para avaliação e validação do curso.

O referido curso teve como objetivo principal subsidiar os(as) agentes educacionais dos campi do Instituto Federal Catarinense (IFC) com conhecimentos básicos sobre diversidade, gênero, sexualidade, LGBTQIfobia, entre outros temas não menos importantes, dentro do espaço-tempo que (con)vivemos.

O material foi separado em 5 partes:

1. Apresentação: Na apresentação o intuito era expor o panorama inicial do conteúdo dos módulos seguintes, e explicar o motivo pelo qual o curso foi preparado e que o mesmo foi baseado em torno das entrevistas realizadas anteriormente.
2. Conceitos preliminares para compreender Sexualidade e Gênero: Essa parte do curso, foi pensada e elaborada para dar os primeiros passos na compreensão dos significados de diferença, diversidade, identidade, sexo, sexualidade, gênero.
3. LGBTQI+ : Esse módulo apresenta basicamente o significado das letras na sigla LGBTQI+.
4. LGBTQIFOBIA: Causas e Consequências na vida e no percurso escolar: O módulo com maior quantidade de informações, traz informações sobre o que é LGBTQIfobia, suas causas e suas consequências na vida social, cultural, educacional de quem sofre esse preconceito.
5. IFC - Uma Instituição não-excludente: Aqui foi possível expor as ações institucionais para evitar (ou resolver) preconceitos de ordem sexual e/ou de gênero, explanando, principalmente sobre a Política de Inclusão e Diversidade do IFC.

Em cada módulo foi apresentado seções com curiosidades (Você sabia?) e materiais complementares (Para saber mais), além de um formulário de avaliação.

Justifica-se a aplicação na Educação Profissional e Tecnológica, pois essa tem como finalidade formar alunos com noções unificadas entre a educação propedêutica e profissional, de forma integrada, e que tem por propósito a “formação integrada, plena, vindo possibilitar ao

educando a compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso” (CIAVATTA, 2014, p 198), sendo esta é a concepção e a raiz da criação dos Institutos Federais de Educação.

As bases teóricas do curso foram fundamentadas em autores que discutem os temas abordados, como Borrillo, Junqueira, Ciavatta, Ramos, Frigotto, Carrara, entre outros não menos importantes.

Como é necessário que o produto educacional fique por tempo indeterminado na plataforma da EduCAPES, o AVA deveria ser gratuito para acesso, mas, infelizmente, não foi possível encontrar um ambiente virtual nessas condições, então, o curso foi transformado em uma *e-book*, levadas em considerações as sugestões, críticas dos/das participantes.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante, Gostaria de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **“O ATENDIMENTO AO PÚBLICO LGBT+ E A IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS EM GÊNERO E SEXUALIDADE: POR UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL NÃO EXCLUDENTE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE”**, realizada para o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), sob orientação do Professor Doutor Humberto Luis de Cesaro. Por meio desta pesquisa pretendo compreender os processos de mediação utilizados pelo Campus Camboriú do IFC para resolver os problemas da LGBTQIfobia e o abandono escolar deste público em específico. A sua participação se deve ao fato de ser servidor que atua no ensino ou atendimento aos estudantes matriculados em cursos no Ensino Médio Integrado (EMI) no Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú, que é tema de interesse deste estudo. Caso você concorde em participar, será realizada entrevista semiestruturada sobre o tema da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio e posteriormente transcrita e analisada por mim. Esta pesquisa tem alguns riscos, como: tomar seu tempo ao responder à entrevista; cansaço ou aborrecimento ao responder à entrevista; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio; invasão de privacidade; responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões realizadas; divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE). Para diminuir a chance desses riscos acontecerem, serão tomadas as seguintes providências: garantia de acesso aos resultados individuais e coletivos; garantia de local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; esforço para realizar a entrevista no tempo mais breve possível para responder aos objetivos da pesquisa; garantia de que o pesquisador seja habilitado ao método de coleta dos dados; o pesquisador estará atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto; assegura-se o direito à negar a utilização de gravadores; assegura-se a privacidade, uma vez que os participantes não serão identificados; garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); garantir o respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos do participante. A pesquisa pode promover o questionamento sobre a evasão de pessoas LGBT+ e os preconceitos vividos por essas pessoas durante o percurso escolar, podendo oferecer formas menos excludentes de tratamento e respeito ao ser humano. Mas não há previsão de benefícios pessoais diretos. Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano decorrente da pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade. O pesquisador será o único a ter acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Apesar de todos os esforços, o sigilo pode eventualmente ser quebrado de maneira

involuntária e não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei. Os resultados da pesquisa originarão um artigo e um produto educacional como requisito para conclusão do mestrado. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, ele avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo.

Dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável: Jair Adriano Strapazzon E-mail: prof.jairadriano@gmail.com Telefone: (47) 98433-8185 Endereço: Rua Curt Hering, 314, apartamento 302, Centro - Blumenau/SC; e pelo professor orientador: Professor Humberto Luis de Cesaro. E-mail: humberto.cesaro@ifc.edu.br. Endereço: Rua Vigário Frei João nº 550, Centro – Luzerna – SC.CEP: 89609-000. Telefone(49) 3523-4300

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFC: Fone: (47)2104-0882 E-mail cepsh@ifc.edu.br Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016 . CENTRO UF: SC Município: CAMBORIU CEP: 88340-055

Declaro que li este documento e obtive do pesquisador todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido(a) e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Jair Adriano Strapazzon

Assinatura do(a) Participante

Nome:

Assinatura do prof. Orientador:

Humberto Luis de Cesaro

Camboriú, _____ de _____ de 2020.

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

1 - PARA OS(AS) SERVIDORES(AS) DO REGISTRO ACADÊMICO

- a. Há quanto tempo exerce suas funções no Registro Acadêmico desse campus?
- b. Nesse tempo já houve algum registro de aluno(a) do ensino médio integrado que solicitou o uso de nome social?
- c. Ao solicitar transferência de escola é necessário que pais ou responsáveis legais autorizem. No Registro Acadêmico é explicitado o porquê do(a) aluno(a) estar solicitando transferência?
 Se sim: Alguma vez foi em função de preconceito por sexualidade e/ou gênero?
 Se não: Achas interessante que o Registro Acadêmico tenha essa justificativa, para fins de contribuição com o processo de permanência escolar?
- d. Qual o encaminhamento que o Registro Acadêmico faria caso acontecesse alguma solicitação de transferência devido a preconceito de ordem sexual e/ou gênero?
- e. Informalmente, já teve conhecimento de abandono/transferência ou outros processos de homofobia no campus, independentemente do nível de ensino?

2 – PARA OS(AS) COORDENADORES(AS) DE CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- a. Há quanto tempo exerce sua função como coordenado(a) de curso?
- b. Nesse período, houve algum problema de LGBTQIfobia que o senhor tenha conhecimento?
 . Se sim: Qual foi a providência tomada nessa situação?
 . Se não: Caso houvesse algum caso de LGBTQIfobia no curso em que coordena, qual seria a providência a ser tomada para eliminar esse preconceito?
- c. Já houve algum caso de abandono escolar devido a LGBTQIfobia?
 . Se sim: Quais as medidas tomadas para evitar novos abandonos?
 . Se não: Quais medidas seria ideal para evitar abandonos dessas pessoas em específico?
- d. No curso em que coordena, há registro de alunos(as) travestis ou transsexuais?
 . Se sim: Existe alguma orientação para docentes e alunos(as) para evitar algum tipo de “bullying” com essas pessoas?
 Se não: Caso ingresse no curso algum(a) aluno(a) travesti ou transsexual no curso, qual seria a orientação para docentes e alunos(as) para evitar o preconceito?

- e. Informalmente, já teve conhecimento de abandono/transferência ou outros processos de LGBTQIfobia no campus, independentemente do nível de ensino?

3 – PARA OS(AS) SERVIDORES(AS) DO SERVIÇO INTEGRADO DE SUPORTE E ACOMPANHAMENTO AO EDUCANDO (SISAE)

- a. Há quanto tempo atua nesse setor, aqui no campus Camboriú?
- b. Como acontece o encaminhamento de alunos até o SISAE?
- c. Já houve encaminhamentos de alunos ou alunas que tenham sofrido preconceito de ordem sexual ou de gênero (LGBTQIfobia)?
 - . Se sim: Quais foram as providências tomadas?
 - . Se não: Quais seriam as providências ideais para contornar essa situação?
- d. O SISAE, além do suporte e acompanhamento, propõe atividades sobre sexualidade, gênero e os preconceitos que deles emanam?
 - . Se sim: Podes citar algumas dessas atividades?
 - . Se não: Achas importante que o SISAE tenha essa proposição de atividades?
- e. Já houve ou houveram casos de abandono escolar devido a preconceitos de ordem sexual ou de gênero, que o SISAE tenha conhecimento?
 - . Se sim: Quais foram as orientações do setor para contornar essa situação?
 - . Se não: Quais seriam as orientações do setor para evitar novos abandonos?
- f. Informalmente, já teve conhecimento de abandono/transferência ou outros processos de LGBTQIfobia no campus, independentemente do nível de ensino?